

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CONSTRUÇÃO
CIVIL CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

HELENA D'ÁVILA OGG

**CENTRO DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA
2014

HELENA D'ÁVILA OGG

CENTRO DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo do Departamento Acadêmico de Construção Civil – DACOC, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. MSc. Armando Luis Yoshio Ito

CURITIBA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

TCC nº01/2014

CENTRO DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
por
Helena D' Ávila Ogg

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 11 de setembro de 2014 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Leonardo Tossiaki Oba, Dr.
UP/PUC-PR

Prof. Claudionor Beatrice, Msc.
UTFPR

Prof^a. Cíntia Negrão Nogueira, Esp.
UTFPR

Prof. Armando Luís Yoshio Ito, Msc. (Orientador)
UTFPR

Aos meus pais Tania e Nilson, que com seus cuidados e amor me conduziram até aqui.

Ao William Shiraishi Kaletka, que com suas palavras de incentivo e apoio me acompanhou pacientemente e me ajudou a concluir essa etapa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois o que seria de mim sem a fé que tenho nele.

Aos meus pais Tania e Nilson, e à minha irmã Mariana, os quais me incentivaram e não mediram esforços para me ajudar a chegar até aqui. O amor de vocês foi mais do que determinante para a finalização dessa etapa.

Ao William, por segurar minha mão, me incentivar e ajudar a concluir cada uma das etapas vencidas. Seu carinho e amor me deram forças para prosseguir.

Ao meu professor orientador Armando Ito, o qual pacientemente me guiou por muitas horas, abdicando inclusive de alguns dias de suas férias, para me auxiliar até a conclusão de todo esse processo.

Aos meus padrinhos, avós e tios: o amor de vocês me incentivou durante todos esses anos. Palavras são insuficientes para agradecer tudo o que fizeram por mim.

A todos os amigos que estiveram comigo durante essa fase, tanto nos momentos alegres, quanto nos imprevistos e dificuldades. A amizade de vocês foi fundamental para mim.

E a todos os professores, mestres e doutores que foram tão importantes na minha vida acadêmica e formação profissional.

Não Somos Lixo

Não somos
lixo. Não somos lixo e nem
bicho.
Somos humanos.
Se na rua estamos é porque nos desencontramos.
Não somos bicho e nem
lixo. Nós somos anjos, não somos
o mal. Nós somos arcanjos no
juízo final.
Nós pensamos e agimos, calamos e
gritamos. Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam
serem santos.
Não somos
lixo. Será que temos alegria? Às vezes
sim... Temos com certeza o pranto, a
embriaguez, A lucidez dos sonhos da
filosofia.
Não somos profanos, somos
humanos. Somos filósofos
que escrevem
Suas memórias nos universos diversos
urbanos. A selva capitalista joga seus chacais
sobre nós. Não somos bicho nem lixo, temos
voz.
Por dentro da caótica selva, somos vistos como fantasmas.
Existem aqueles que se
assustam. Não somos mortos,
estamos vivos.
Andamos em
labirintos. Depende de
nossos instintos.
Somos humanos nas ruas, não somos lixo.

*Carlos Eduardo
(Cadu), Morador de rua em
Salvador.*

RESUMO

OGG, Helena D'Ávila. Centro de Assistência à População em Situação de Rua. 2014. 73 f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

Esta pesquisa refere-se à População em Situação de Rua em Curitiba, visando suas características e necessidades para possibilitar a elaboração de um projeto arquitetônico de um Centro de Assistência à População em Situação de Rua. Apresenta conceitos importantes sobre esse tema e relaciona alguns serviços e normativas referentes ao mesmo. Foram analisados os dados do último censo realizado com esse público no município, bem como apresentado um comparativo a nível nacional dos dados dessa mesma população. Complementado por estudos de caso, foram determinadas algumas características importantes que um equipamento como o que será proposto deverá comportar. Traz como resultado, a elaboração de um programa de necessidades que atenda ao público que visa atingir, bem como um estudo acerca do terreno em que esse projeto será implantado e as diretrizes que deverão ser cumpridas para se propor esse equipamento.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Centro de Assistência. Censo Curitiba.

ABSTRACT

Ogg, Helena D'ávila. Assistance Centre for Homeless Population. 2014. 73 f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

This research refers to the Curitiba's Street People aiming to focus it's characteristics and necessities enabling the development of an architectural design of an Assistance Centre for Street People. It brings forward important concepts about this topic and enumerates some services and regulations concerning to mentioned one. Data from the last census conducted with that population in the municipality were analyzed, and presented a comparative national data of the people in same conditions. Complemented by case studies, some important features that a proposed device should behave are determined. It brings as a result, the development of a Necessities Program that should meet the target community, as well as a study of the ground on which the project will be implemented and guidelines that must be complied with in order to propose such equipment.

Keywords: Street People; Assistance Centre; Curitiba's Census.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagem por gêneros da População em Situação de Rua	24
Gráfico 2: Porcentagem por gêneros da População em Situação de Rua em Curitiba	24
Gráfico 3: Nível de escolaridade da População em Situação de Rua	24
Gráfico 4: Local de permanência da População em Situação de Rua em Curitiba ...	25
Gráfico 5: Local que a População em Situação de Rua costuma dormir em Curitiba	26
Gráfico 6: Motivos de saída da População em Situação de Rua.....	27
Gráfico 7: Motivos de saída da População em Situação de Rua em Curitiba	27
Gráfico 8: Motivos para deslocamento da População em Situação de Rua.....	27
Gráfico 8: Origem da População em Situação de Rua em Curitiba.....	28
Gráfico 9: Porcentagem de frequência de alimentação da População em Situação de Rua.....	28
Gráfico 10: Local onde a População em Situação de Rua de Curitiba se alimenta com mais frequência	29
Gráfico 11: Local onde a População em Situação de Rua de Curitiba se higieniza com mais frequência	29
Gráfico 12: Presença de doenças na População em Situação de Rua	30
Gráfico 13: Motivos de procura a instituições pela População em Situação de Rua.	30
Gráfico 14: Melhoria na condição que estão vivendo nas ruas	31
Gráfico 15: Projeto de vida da População em Situação de Rua.....	32
Gráfico 16: Necessidades a serem supridas para deixarem de viver em Situação de Rua.....	32

LISTA DE SIGLAS

ONG	Organizações não governamentais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAS	Fundação de Ação Social
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
LEED	Leadership in Energy & Environmental Design
AIA	American Institute of Architects
RG	Registro Geral
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
ACRIDAS	Associação Cristã de Assistência Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Abrigos levantados em Curitiba.....	58
Tabela 2 – Análise dos terrenos selecionados	59
Tabela 3 – Programa de necessidades do equipamento proposto	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo da história da População em Situação de Rua.....	33
Figura 2 – Perspectiva fachada principal do Centro CAPSLO	44
Figura 4 – Planta térreo Centro CAPSLO	45
Figura 3 – Perspectiva pátio externo Centro CAPSLO.....	45
Figura 5 – Planta primeiro pavimento Centro CAPSLO	45
Figura 6 – Perspectiva entrada principal do edifício CAPSLO	46
Figura 7 – Perspectiva fachada de acesso Centro CAPSLO	46
Figura 8 – Perspectiva fachada Shelter Home	47
Figura 9 – Esquema de localização do distrito de implantação do projeto na cidade de Dallas	47
Figura 10 –Localização do distrito de implantação do projeto na cidade de Dallas ...	48
Figura 11 – Planta térreo do projeto Shelter Home.....	49
Figura 12 – Planta primeiro pavimento do projeto Shelter Home	49
Figura 13 – Vista lateral do projeto Shelter Home.....	50
Figura 14 – Vista fachada do projeto Shelter Home.....	50
Figura 15 – Localização do distrito de implantação do projeto na cidade de Dalas...	51
Figura 16 – Localização do terreno do projeto <i>The Bridge</i> e vista do terreno	51
Figura 17 – Planta de situação do The Bridge	52
Figura 18 – Vista interna da praça central	53
Figura 19 – Perspectiva praça central The Bridge	53
Figura 20 – Mapeamento de abrigos levantados para População em Situação de Rua em Curitiba	57
Figura 21 – Análise do entorno do terreno.....	59
Figura 22 – Levantamento fotográfico área administrativa.....	61
Figura 23 – Levantamento fotográfico área comunitária	61
Figura 24 – Levantamento fotográfico áreas de apoio e convivência.....	62
Figura 25 – Características do terreno	66
Figura 26 – Levantamento fotográfico do terreno escolhido	66
Figura 27 – Análise dos usos das edificações.....	67
Figura 28 – Mapeamento do gabarito das edificações.....	67
Figura 29 – Análise dos fluxos das vias	67
Figura 30 – Mapeamento das potencialidades e deficiências do terreno.....	67
Figura 31 – Plano de ocupação dos setores no terreno	68
Figura 32: Gestão do equipamento proposto	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	19
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	19
2.2	CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	20
2.3	ÍNDICES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	22
2.4	PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	23
3	Origens	33
3.1	Surgimento e história da população em situação de rua.....	33
3.2	Primeiras entidades e Associações no Brasil.....	36
4	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	38
5	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS SEGUNDO O MDS	39
5.1	Proteção social básica.....	39
5.2	Proteção social especial.....	40
6	NORMATIVAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	41
6.1	Política Nacional de Assistência Social (PNAS).....	41
6.2	Lei nº 11.258, de 2005, incluindo parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).....	42
6.3	Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006	42
6.4	Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006, do MDS	42
6.5	Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº109, de 11 de novembro de 2009	43
6.6	Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009.....	43
6.7	Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC nº07, de 22 de novembro de 2010	43
7	ESTUDOS DE CASO	44
7.1	CAPSLO Homeless Center – São Luis Obispo	44
7.2	Shelter Home – Javier Larraz.....	47
7.3	The Bridge Homeless Assistance Center	50
8	CENTRO DE ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO DE RUA	54
8.1	SERVIÇOS OFERECIDOS.....	55
8.1.1	Segurança da Acolhida	55
8.1.2	Segurança do Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social.....	55
8.1.3	Segurança de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social	
	56	
8.2	ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO.....	56

9	INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE	57
9.2	DIRETRIZES PROJETUAIS.....	63
9.3	PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	63
9.4	FINANCIAMENTO DO EQUIPAMENTO PROPOSTO	65
10	RESULTADOS	66
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
12	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa a respeito da população em situação de rua foi motivada a partir da observação das condições insalubres que esse grupo está submetido no cotidiano. Ao se deslocar pelo centro da cidade, se torna fácil perceber a presença (cada vez mais crescente) dessa parcela da sociedade que vive em condições tão precárias e sub-humanas, muitos deles marcados por situações de violência, preconceito e falta de oportunidades que os motivem a sair dessa circunstância em que se encontram.

De acordo com o primeiro Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua (evento realizado em 2005), a caracterização da população em situação de rua é dada por um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com experiências e realidades diferentes, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, a falta de uma habitação convencional regular, sendo compelidos a usar a rua como moradia e fonte de sustento, de forma permanente ou temporária. Essa situação surge como reflexo da exclusão social sofrida por essas pessoas desprovidas de condições básicas de sobrevivência. Essa realidade a cada dia atinge e prejudica uma parcela maior da sociedade que não se enquadra no modelo econômico atual, o qual faz exigências como qualificação profissional, mesmo esta sendo inacessível para uma parte da população.

Os moradores de rua, em geral, possuem ocupações temporárias, variadas e irregulares, apresentando muitas vezes condições de insalubridade e de risco. Em sua grande maioria, não possuem acesso a serviços de saúde e segurança social, e são comumente dependentes de instituições públicas e assistenciais. Socialmente, os membros que compõe essa parcela da população são julgados por em geral desempenharem funções ou terem ocupações subvalorizadas, então acabam agrupando-se na busca por sobrevivência, pois internamente nos grupos, são aceitos numa condição de igualdade.

Uma vez que esse grupo sucessivamente sofre perdas de casa, de trabalhos regulares, de famílias e, até mesmo, da valorização de sua condição como indivíduo, acabam optando por se concentrar no centro da cidade, onde são oferecidas mais oportunidades de garantia de sobrevivência. Nesse contexto,

a rua ganha importância e acaba se tornando um espaço de relações pessoais e de possíveis formas de se obter fontes de subsistência. Acabam aproveitando estruturas de edificações e os próprios equipamentos urbanos como moradia, podendo ser citados como exemplos viadutos e praças.

A análise desse tema, de um ponto de vista social e a nível de município, permite afirmar ainda, que a apropriação dessa população de espaços públicos, acaba gerando um problema urbano ocasionando zonas de insegurança e de violência urbana, como periferização e degradação da cidade.

O problema analisado nessa pesquisa é que a falta de capacitação impede que boa parte dessa população obtenha a sua recolocação no mercado de trabalho e que a ausência de um local de apoio e assistência social e cultural contribui para a sua atual exclusão.

O principal objetivo dessa pesquisa é propor um projeto arquitetônico de um Centro de Assistência para esse grupo que seja capaz de promover a sua inclusão social e restabelecer sua dignidade. Para tanto, será necessário fazer um levantamento das regiões de Curitiba que tenham grandes concentrações da população em situação de rua, elaborar o perfil e as necessidades dessa parcela da sociedade em Curitiba e realizar estudos de caso de equipamentos que sejam destinados a esse público.

Essa pesquisa engloba a parcela adulta da população em situação de rua de Curitiba. Num primeiro momento, a partir do estudo de bibliografias, dissertações e artigos a respeito desse tema, buscou-se traçar alguns conceitos úteis para uma melhor compreensão a respeito desse grupo. A análise de dados referentes a essa população tanto em âmbito nacional quanto municipal, permite traçar um perfil e definir características desse grupo, para então poder estabelecer suas necessidades básicas que necessitam de maior atenção dos grupos de apoio.

As hipóteses que norteiam essa pesquisa são:

1. A população em situação de rua, por ocupar áreas urbanas centrais da cidade, contribui para a sua degradação;
 - a. Esses cidadãos geram insegurança na população devido aos costumes que desenvolvem para sobreviver nas ruas;
 - b. Acabam fazendo mau uso dos equipamentos públicos para adaptarem como moradia;

2. Por morar em locais ou em situações insalubres, estas pessoas sofrem com problemas de saúde;
 - a. Pela falta de higiene pessoal acabam desenvolvendo doenças;
 - b. Os locais que ocupam muitas vezes possuem roedores, lixo e outros elementos prejudiciais à saúde humana;
 - c. Alguns acabam desenvolvendo além das doenças físicas, doenças mentais devido às situações a que estão submetidos;

3. A falta de oportunidade de capacitação impede a sua recolocação no mercado;
 - a. Muitas pessoas acabam indo morar nas ruas por falta de oportunidade no mercado de trabalho;
 - b. Alguns não tem a capacitação profissional exigida para conseguir uma vaga no mercado de trabalho;

4. A ausência ou insuficiência de um local de apoio e assistência social e cultural contribui para sua exclusão social;
 - a. A ausência de um lugar onde possam buscar restabelecer suas condições humanas de sobrevivência contribui para sua permanência nas ruas;
 - b. Os centros de assistência à população de rua existentes em Curitiba são insuficientes para atender à demanda;

Após a análise de dados e estudos anteriores acerca desse tema, será realizada uma pesquisa com a população atual, onde será feita uma nova entrevista com esse grupo, visando um novo levantamento acerca das causas que os levaram a optarem por morar nas ruas, quais são suas necessidades atuais e quais as motivações e perspectivas futuras para uma possível mudança das condições atuais.

A partir desse levantamento, será possível elaborar um programa de necessidades básicas que um Centro de Assistência à população de rua deverá possuir. Esse estudo possibilitará determinar se além dos serviços de acolhimento (espaços para dormir, por exemplo) e de refeições, esse grupo necessita de atendimento hospitalar básico e de acompanhamento médico, quais espaços para atividades o Centro poderá oferecer visando uma reabilitação e requalificação dessa parcela da sociedade, visando uma reinserção dos mesmos na sociedade e no

mercado de trabalho.

Com as informações detalhadas das necessidades da População em Situação de Rua e a análise do terreno e de seu entorno, será elaborado o projeto arquitetônico de um Centro.

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

No que diz respeito à População em Situação de Rua, Tarachuque observa que é um tema pouco estudado tanto nas academias quanto em instituições públicas. Para uma maior compreensão acerca do tema, se faz importante trazer alguns conceitos apresentados ao longo desta pesquisa sobre a População em Situação de Rua.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Nessa pesquisa será utilizado o termo “População em Situação de Rua”, adotado pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, que é um movimento social composto por pessoas que vivem ou viveram em situação de rua (REIS, 2011 p. 33) e pela Pastoral do Povo de Rua, que é uma ONG (Organizações Não-Governamentais) vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Usualmente, a sociedade se refere a esse grupo simplesmente como “moradores de rua”, então, para essa pesquisa, será necessário estabelecer a diferença entre esses dois termos existentes para um maior entendimento do assunto.

O termo “morador de rua” expressa ao longo da história uma “ideia de baixa estima” e “viver de favor”, conformidade, conformação e objeto de assistencialismo. Também é caracterizado pelo desconhecimento dos direitos a condições mais dignas e a uma vida digna. (TARACHUQUE, 2012 p.20)

Já “População em Situação de Rua”, evita uma conotação pejorativa, carrega o sentido de altivez, sujeito de direito e transformação, pois é utilizado por órgãos de representantes e assistências dessa população e por alguns espaços institucionais como o Ministério Público e Ministério do Desenvolvimento Social. Assim sendo, a população em Situação de Rua “faz parte de um conjunto de trabalhadores sem atendimento a seus direitos sociais mínimos” e que sem eles acabam vivendo num limite da “sobrevivência e da dignidade humana”. (TARACHUQUE, 2012 p.20)

Nesse aspecto, Tarachuke em sua pesquisa cita a definição que Santos (2001, p.16) apresenta:

Entendendo a população de rua como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza absoluta e a sobrevivência a partir das atividades desenvolvidas nas ruas, é preciso considerar seus integrantes como pessoas cujos vínculos familiares estão fragilizados ou foram interrompidos. Vivenciam, assim, um processo de desfiliação social, onde a sua principal referência de moradia é a rua, ainda que muitos estejam vinculados a instituições, abrigos, albergues e outros tipos de equipamentos de atendimento.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A Política Nacional para a População em Situação de Rua é instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que define essa população como

“grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular.”

De acordo com o MDS, essa população também se caracteriza ainda

“pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e área degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.”

Essa população é um dos principais símbolos da desigualdade social e de um sistema excludente, os quais parecem dispensar esses cidadãos de uma vida produtiva para a sociedade. Cada um deles marcado por trajetórias e histórias diversas e conturbadas, caracterizadas em sua maioria por problemas familiares, químicos, pelo preconceito e falta de acesso a condições mais dignas de sobrevivência, muitas dessas pessoas optam por morar nas ruas. (SILVA, 2006 p. 40)

O morador em situação de rua faz parte de um grupo não só das

idades brasileiras, mas em de um grupo de escala mundial, e esse contingente de pessoas que se encontram nessas condições por diversos motivos, representa uma população heterogênea, que precisa ser estudada para um melhor entendimento de sua situação e de suas necessidades.

“Ser morador de rua na América não significa só ter descido ao nível mais baixo do sistema de status; significa também se defrontar com dúvidas desgastantes sobre valor próprio e o significado da existência. Essas preocupações exasperantes não são apenas os efeitos psíquicos de se ter decaído até as ruas, mas são também alimentadas por encontros com os domiciliados que constantemente fazem os moradores de rua lembrarem de onde se situam em relação aos outros (DAVID, LEON, 1998 apud Silva,2009, pag. 41)

Em São Paulo, por exemplo, existiam em 2006 quase dois milhões de desempregados, e nem todos optaram por morar nas ruas, as pessoas se desvinculam de seus familiares e nem por isso decidem viver nas ruas. Assim, viver nas ruas em geral não está associado a um fator isolado (como ao desemprego, por exemplo), essa condição se dá por uma série de fatores associados. Nesse aspecto, não se pode tentar entender a realidade desse grupo, buscando um fator que explique essa situação de forma genérica, até mesmo porque, essas condições são geradas por uma conjugação de fatores que geram nos indivíduos sofrimento mental, perdas sucessivas, acúmulo de frustrações ao longo do tempo, falta de possibilidades de maneira geral, falta de amparo ou de programas que possibilitassem ações de planejamento social mais efetivo. (SILVA, 2006 p.43) Assim, esses fatores conjugados acabam criando uma situação que pode ser chamada limite, onde o cidadão se vê sem nada e sem perspectivas de melhorias.

Com a dificuldade de oportunidades de reintegração à sociedade e ao mercado de trabalho, por exemplo, os moradores de rua acabam se tornando desesperançosos e tendo poucas perspectivas de reintegração à sociedade.

Silva e a Pastoral Social da Paroquia São Luis Gonzaga (entidade social de São Paulo sem fins lucrativos, fundada em 1995 por empresários, profissionais liberais e alguns fiéis da própria Paróquia) classificam a População em Situação de Rua em:

- a. Os que são das ruas ou outsiders: considerados os que moram permanentemente nas ruas e que já perderam todos os vínculos familiares/sociais. Esse grupo se desprende da ideia de sair das ruas e se

- concentra em meios para sobreviver nelas.
- b. Os que estão nas ruas ou recém-deslocados: considerados os que recentemente se encontram na rua, mas que ainda possuem vínculos familiares e sociais. Esse grupo é o que procura com mais frequência sair das ruas, então há uma maior busca por empregos tanto formais quanto informais pelos indivíduos que acabaram de ingressar nessa realidade;
 - c. Os que simplesmente ficam nas ruas ou vacilantes: considerados os que acabam vivendo nas ruas por motivos diversos e circunstancialmente. Esse grupo passa a ter o que pode-se chamar de espécie de conformismo, no qual ele começa a se habituar com a situação de rua, mas ainda assim possui perspectivas de mudar a sua realidade;
 - d. Andarilhos: esse grupo é composto por trabalhadores migratórios, suas viagens costumam ser padronizadas e não são aleatórias. Possuem uma aceitação da situação de rua que vivenciam, que os levam muitas vezes a abandonar seus nomes de batismo e a adotar novos nomes
 - e. Mendigos: tradicionalmente indica um indivíduo não trabalhador e não migrante. Geralmente não realizam trabalhos remunerados, ao invés disso, sobrevivem de atividades de mendicância, comércio, catação de lixo e papel e de doações de instituições e de apoio de serviços sociais. Parecem resignados com esse estilo de vida, uma vez que demonstram ser desesperançosos acerca de um futuro com condições melhores;
 - f. Doentes mentais: é o grupo mais imóvel de população de rua. Sobrevivem aceitando doações, mendigando e fazendo buscas por comida em lixos. São os mais isolados da sociedade, não costumam fazer uso de álcool e de bebidas alcoólicas.

2.3 ÍNDICES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Vale ressaltar que o IBGE não faz o censo da população de rua no Brasil, uma vez que seus dados são baseados apenas na população que possui domicílio registrado.

A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua,

parceria do MDS e Unesco realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, fez a contagem e a caracterização da população em situação de rua no Brasil. A pesquisa foi feita em todas as capitais e em municípios com mais de 300.000 habitantes (excluindo Belo Horizonte, São Paulo e Recife), contabilizando nos 71 municípios um contingente de 31.992 adultos em situação de rua. Sendo que somando a essa pesquisa a população de rua de São Paulo, Recife e Belo Horizonte, estima-se poder-se chegar aproximadamente a uma população de 50.000 indivíduos (deve-se ainda considerar que não foram adicionadas a essa pesquisa crianças e adolescentes moradores de rua e que os municípios brasileiros não estão em sua totalidade participando dessa pesquisa).

Em Curitiba, dados da Prefeitura de Curitiba e da Fundação de Ação Social (FAS) apontam que a população em situação de rua na capital paranaense quadruplicou num período de apenas 15 anos, gerando um aumento de 450% dessa parcela da sociedade.

Conforme reportagem do jornal Gazeta do Povo:

“[...] A Fundação de Ação Social (FAS) atendeu 3.450 indivíduos no ano passado, aumento de quase 25% na comparação com os dados do IBGE. Já o Movimento Nacional dos Moradores de Rua estima que as marquises da capital abriguem pelo menos 4 mil pessoas [...]” (RIBEIRO, Diego. Crescem os “vultos” de Curitiba. Gazeta do Povo)

O último censo realizado a respeito da População em Situação de Rua em Curitiba foi elaborado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). A pesquisa denominada “Censo de pessoas em situação de rua em Curitiba-2011”, tinha por objetivo conhecer a população em situação de rua no município, bem como suas características e necessidades. Para tanto, foram entrevistados um total de 339 indivíduos do município.

2.4 PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A Pesquisa Nacional sobre População de Rua, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em agosto de 2007 a março de 2008, indica que 82% da população em situação de rua é do

sexo masculino, mais da metade possui idade entre 25 e 44 anos, 67% dos indivíduos são negros e 52,6% recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais.

Em Curitiba, essa população é predominantemente do sexo masculino, sendo que 56% possui idade entre 20 e 39 anos, 57% dos indivíduos são brancos e 48% recebe entre R\$10.01 e R\$50.00 diariamente.

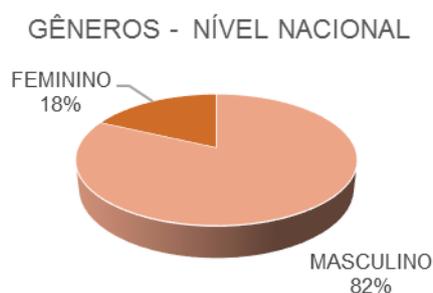


Gráfico 1: Porcentagem por gêneros da População em Situação de Rua

Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/DS, 2008

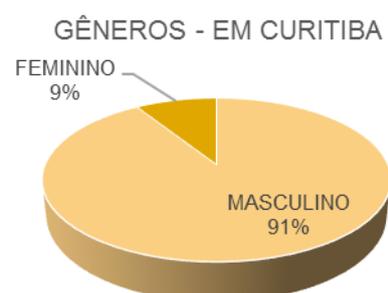


Gráfico 2: Porcentagem por gêneros da População em Situação de Rua em Curitiba

Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

Em relação à formação escolar, a Pesquisa Nacional indica que 74% dos entrevistados sabia ler e escrever, 17,1% não sabiam escrever, 8,3% apenas sabiam assinar o próprio nome e 95% não estudava por ocasião da pesquisa.

A pesquisa realizada em Curitiba indica que 46% dos indivíduos não completaram o ensino básico.



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/DS, 2008 e Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

Composta em grande parte por trabalhadores, a Pesquisa Nacional também comprova que 70,9% dos moradores exercem algum tipo de atividade remunerada e apenas 15,7% pedem dinheiro como forma de sobrevivência.

Em Curitiba 48% dos indivíduos afirma possuir formação profissional, 33% dos entrevistados responderam que possuem trabalho informal, 24% procuram algum tipo de trabalho e 7% trabalham formalmente.

A respeito das atividades que a população de rua de Curitiba realiza para ganhar dinheiro, os entrevistados destacaram os serviços de guardador de carro ou flanelinha (16%), coletor de material reciclável (12%), construção civil (12%) e esmoleiro (9%). Segundo a pesquisa, 45% dos indivíduos gastam o dinheiro recebido por essas atividades com substâncias psicoativas, 25% com alimentação e apenas 7% com moradia.

. Índices da pesquisa realizada em Curitiba indicam que 60% da população em situação de rua acabam permanecendo nas ruas durante o dia.

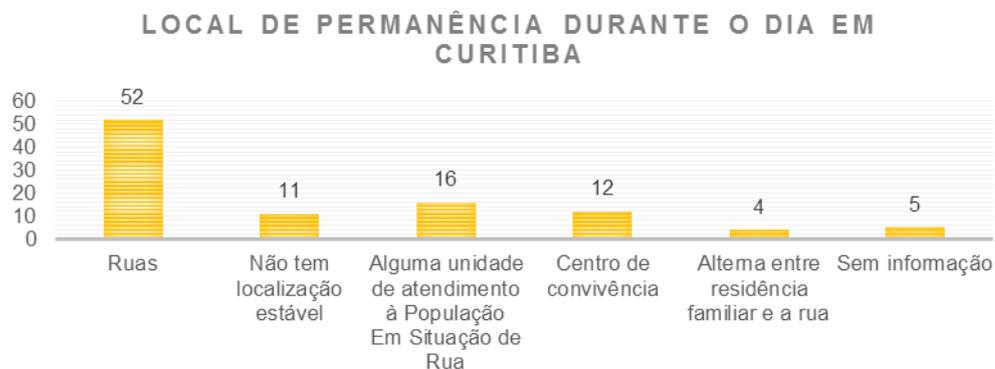


Gráfico 4: Local de permanência da População em Situação de Rua em Curitiba

Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

Desse grupo nacional, 69,9% costuma dormir nas ruas, sendo que 30% dorme em logradouros públicos há mais de 5 anos e apenas 22,1% costuma dormir em albergues ou outras instituições de apoio.

Desse total de indivíduos pesquisados, 48,4% estavam há mais de dois anos dormindo nas ruas ou em albergues, sendo que a maioria costumava dormir nas ruas (69,6%), outros em albergues e outras instituições (22,1%) e uma minoria alternava entre dormir nas ruas e nos albergues (8,3%).

Em Curitiba, 47% dos moradores de rua costumam dormir em albergues, 21% em praças e apenas 5% dormem em residências dos familiares. Desses indivíduos entrevistados, 26% estão há mais de 10 anos nas ruas, outros 26% estão nas ruas entre cinco e dez anos e 41% estão há menos de cinco anos em situação em rua.

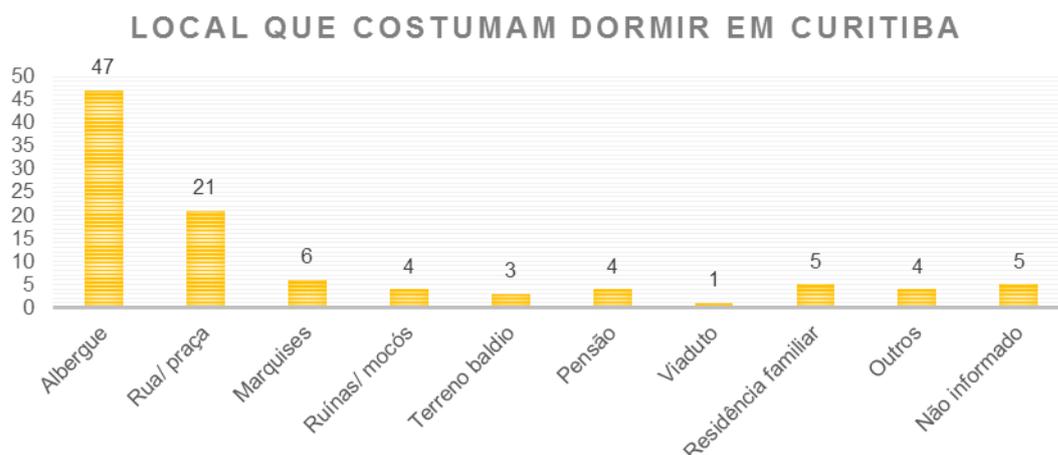


Gráfico 5: Local que a População em Situação de Rua costuma dormir em Curitiba

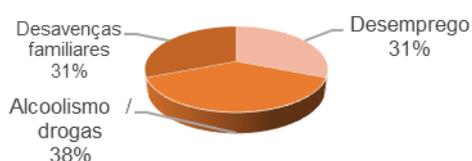
Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

Dos indivíduos entrevistados em nível nacional, 88,5% afirma não receber nenhum benefício dos órgãos governamentais, não sendo atingidos pela cobertura dos programas do governo federal. Em Curitiba, segundo dados fornecidos pela FAS, 60,49% dos indivíduos em situação de rua recebem algum tipo de benefício social federal.

As principais razões levantadas na Pesquisa Nacional pelas quais os entrevistados se encontram em situação de rua são o alcoolismo/substâncias alucinógenas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com familiares (29,1%).

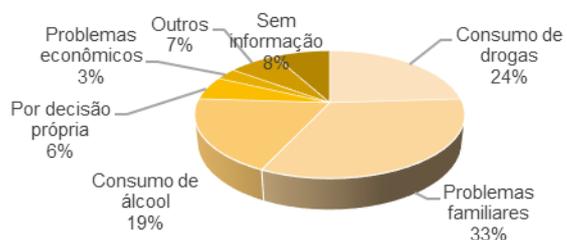
Os índices a respeito da População em situação de rua da cidade de Curitiba indicam que 33% dos indivíduos chegaram a condição de rua por problemas familiares, 24 % por consumo de drogas e 19% por consumo de álcool.

PRINCIPAIS MOTIVOS DE SAÍDA PARA RUA - NACIONAL

**Gráfico 6: Motivos de saída da População em Situação de Rua**

Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/DS, 2008

PRINCIPAIS MOTIVOS DE SAÍDA PARA RUA - EM CURITIBA

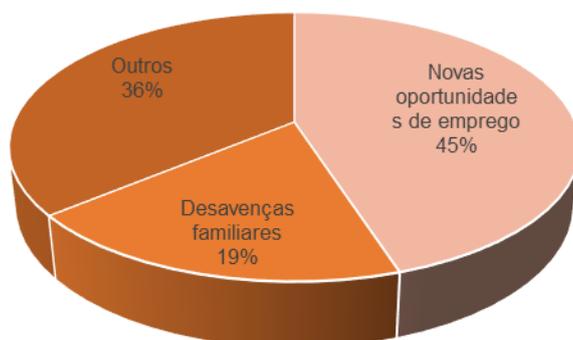
**Gráfico 7: Motivos de saída da População em Situação de Rua em Curitiba**

Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

A respeito da trajetória dos entrevistados na Pesquisa Nacional, 45,8% sempre viveram no município em que moravam; 56% sempre viveram no mesmo Estado em que anteriormente tiveram moradia; 72% vieram de áreas urbanas.

Dos que responderam que já moraram em outras cidades, 45,3% se deslocaram em busca de novas oportunidades de trabalho e 18,4% se deslocaram por motivos de desavença familiar.

MOTIVOS PARA DESLOCAMENTO

**Gráfico 8: Motivos para deslocamento da População em Situação de Rua**

Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/DS, 2008

No caso da trajetória da População em Situação de Rua em Curitiba, 39% dos entrevistados afirmaram que sempre moraram em Curitiba, 27% vieram de outros municípios do estado do Paraná e 22% migraram de outros estados brasileiros. Os índices ainda indicam que mais de 50% dos indivíduos

estão em Curitiba há mais de dez anos.

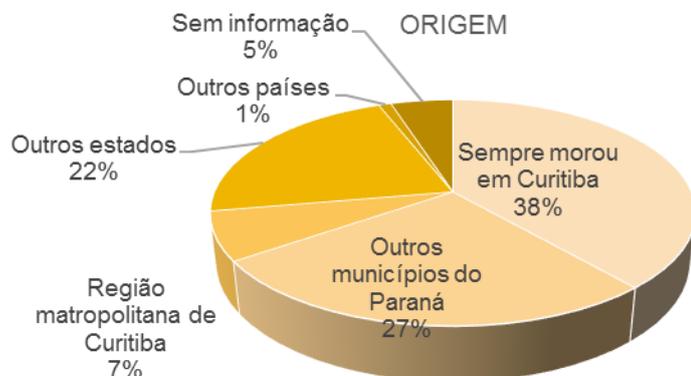


Gráfico 8: Origem da População em Situação de Rua em Curitiba

Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

Em relação à alimentação, a maioria conseguia realizar uma refeição ao menos uma vez por dia (79,6%), entretanto uma pequena parcela não conseguia se alimentar todos os dias (19%).

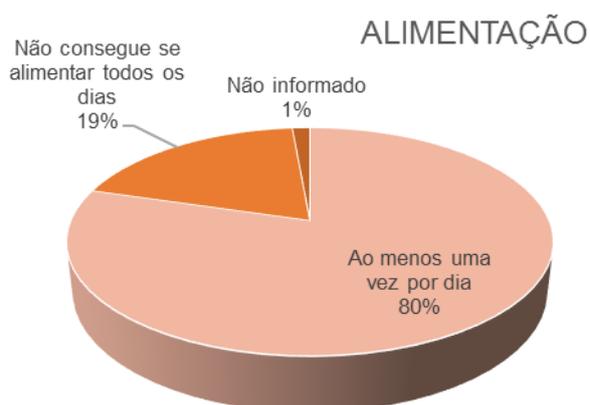


Gráfico 9: Porcentagem de frequência de alimentação da População em Situação de Rua

Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/DS, 2008

Em Curitiba, quando questionados sobre o local onde realizavam com mais frequência suas refeições, constatou-se que esse grupo acabava por alimentar-se nas ruas (GRÁFICO 10). Entretanto os índices indicam que o local onde realizam

a higiene com maior frequência é nos albergues (GRÁFICO 11).

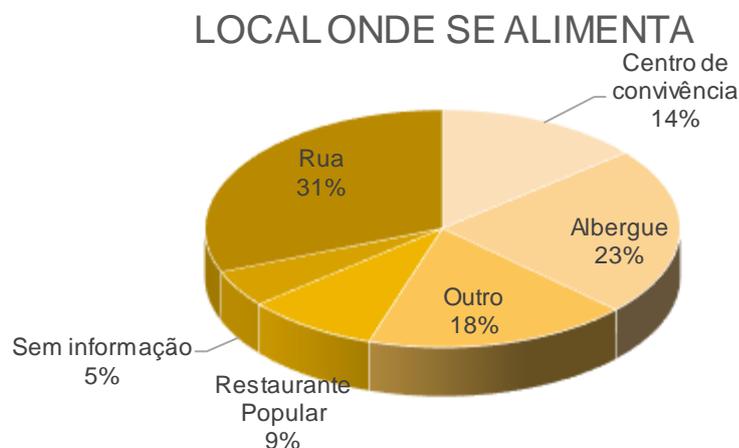


Gráfico 10: Local onde a População em Situação de Rua de Curitiba se alimenta com mais frequência

Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011



Gráfico 11: Local onde a População em Situação de Rua de Curitiba se higieniza com mais frequência

Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

Dos entrevistados, 29,7% afirmam ter algum problema de saúde, sendo que entre os relatados foram: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/aids (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%) (GRÁFICO 12).

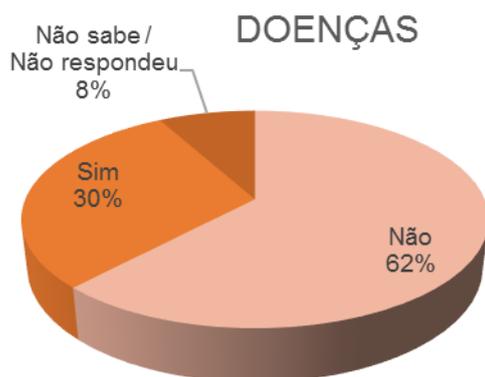


Gráfico 12: Presença de doenças na População em Situação de Rua

Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/DS, 2008

Em Curitiba, dos indivíduos que participaram da pesquisa sobre a população de rua, 79% não apresenta nenhuma deficiência, 7% apresentam algum tipo de deficiência física e 5% afirmam ter algum tipo de deficiência mental/intelectual.

Na pesquisa realizada pela FAS em Curitiba, quando questionados sobre quais motivos os levam a procurar por alguma instituição a maioria respondeu que é por causa de alimentação (24,8%), outros responderam que por uso abusivo de drogas ou álcool (18%) e higiene pessoal ou vestimenta (11,8%).

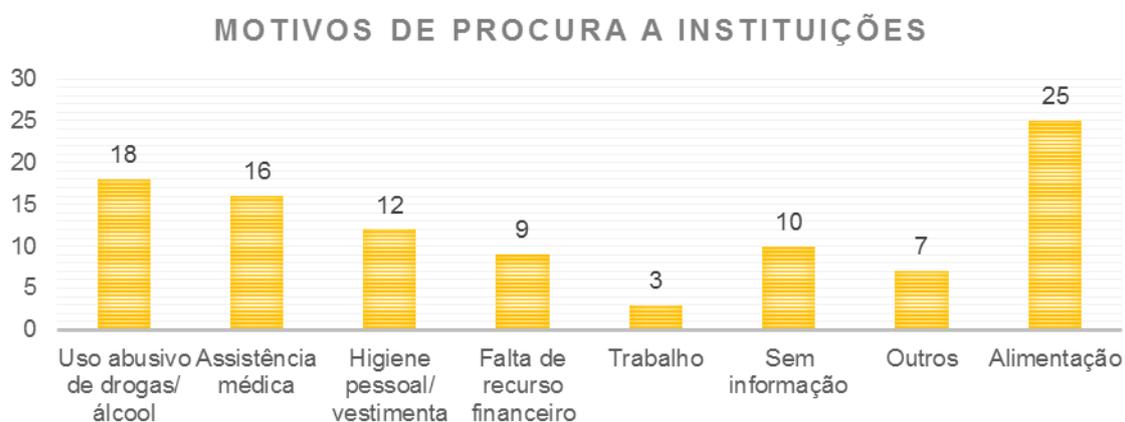


Gráfico 13: Motivos de procura a instituições pela População em Situação de Rua

Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

A realidade dessa população é tão carente de perspectivas de mudança, que os integrantes desse grupo acabam se tornando com o tempo meros vultos num meio urbano, cujos futuros, na perspectiva da sociedade, estão destinados a continuar vagando pelas ruas da cidade. Do ponto de vista dos entrevistados na cidade de Curitiba, a maioria (39%) respondeu que não percebe nenhuma melhoria na condição que estão vivenciando e outros (26%) afirmam que houve diminuição no consumo de drogas e álcool.

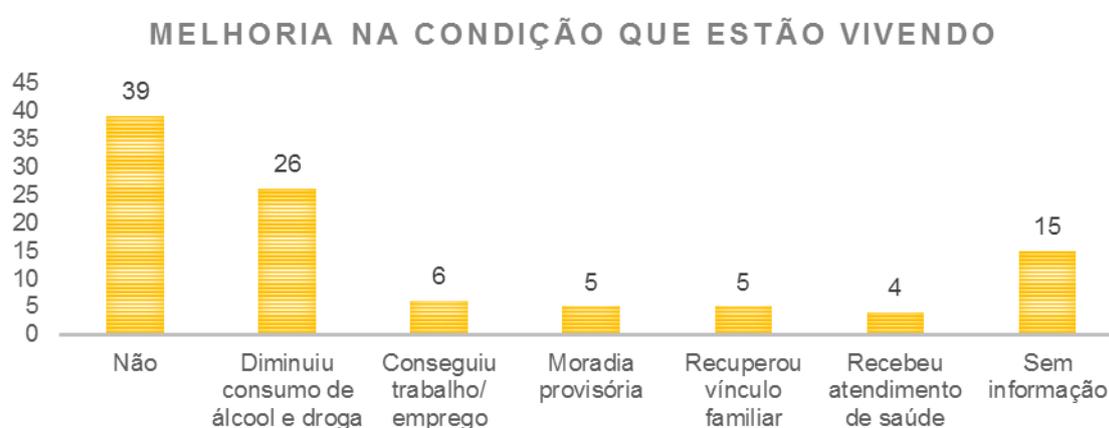


Gráfico 14: Melhoria na condição que estão vivendo nas ruas

Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

Na pesquisa realizada com a população de rua em Curitiba, foi perguntado para os entrevistados se eles possuem algum projeto de vida e o que precisariam para deixarem de viver em condição de rua. 36% dos indivíduos responderam que gostariam de deixar de viver a vida que estão levando no momento e 12% gostaria de resgatar os vínculos familiares. A maioria também respondeu que um emprego poderia contribuir para que deixassem de viver nas ruas (29%) e outros responderam que precisariam de moradia (17%) (GRÁFICO 15).

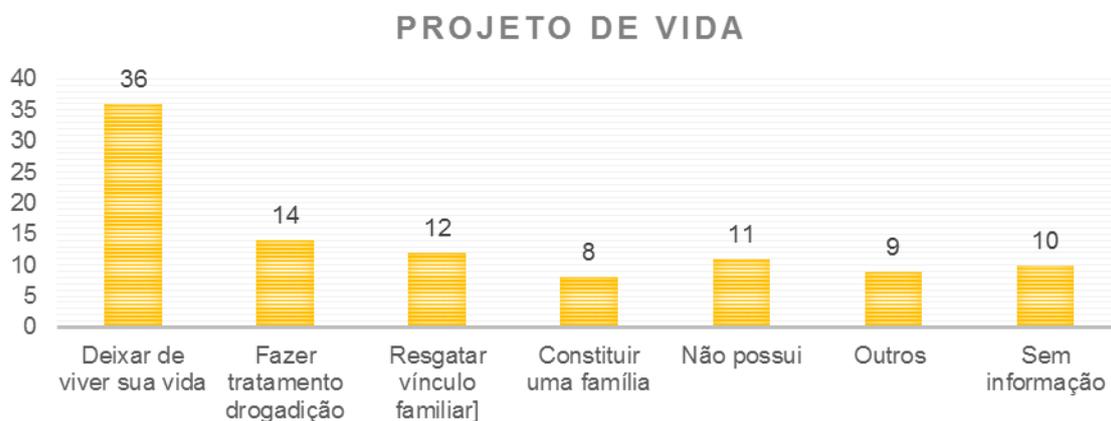


Gráfico 15: Projeto de vida da População em Situação de Rua
Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

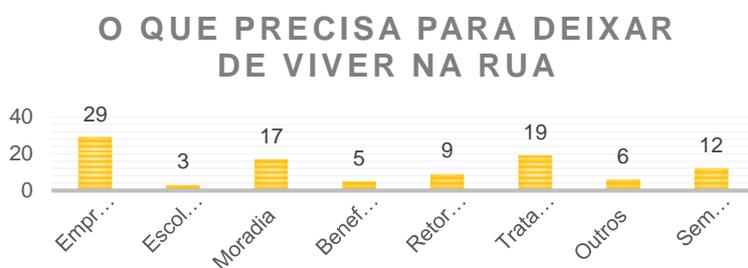


Gráfico 16: Necessidades a serem supridas para deixarem de viver em Situação de Rua
Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2011

3 ORIGENS

O surgimento da população de rua possui registros de muitos séculos atrás, apesar dos índices não serem tão representativos como atualmente. Por meio de um estudo acerca das determinantes que levaram as pessoas a morarem nas ruas, buscou-se entender quais as ações que geraram essa realidade nos centros urbanos.

3.1 SURGIMENTO E HISTÓRIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Existem registros muito antigos sobre pessoas que optaram por morar nas ruas:



Figura 1 – Linha do tempo da história da População em Situação de Rua

Fonte: Autoria própria

O surgimento da população em situação de rua se deu no decorrer da história principalmente por meio do desenvolvimento capitalista gerado, dentre outros eventos, pelo Neoliberalismo e da criação do sistema Fordista de produção, sendo que maquinário e produção em série foram primordiais para a pauperização da oferta e condições de trabalho para a população.

Segundo Queiroz (2009), algumas das flexibilizações consolidadas

no âmbito da esfera produtiva que também foram impactantes para os trabalhadores, são a dilapidação dos direitos trabalhistas, substituição de políticas de proteção social por políticas de caráter compensatório e a perda de representação dos sindicatos. Outro fator relevante é o volume crescente de trabalhadores informais, com seus salários em condições descontínuas e de curta duração, que acabam por ameaçar a condição dos trabalhadores assalariados.

Após o surgimento do Neoliberalismo (meados de 1970) ocorreu a minimização do Estado, gerando uma “desproteção social” que acabou descaracterizando a chamada política pública, como direito garantido do cidadão pelo Estado. Tem-se por definição:

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Como exemplo de políticas públicas, pode-se citar a saúde e a educação, que são direitos universais de todos os brasileiros (MEIO AMBIENTE)

Essa descaracterização resultou no “achamento” dos direitos sociais por meio da diminuição de políticas públicas para atendimento à população (SILVA, 2006 p.26)

No Brasil, nos últimos 40 anos, houve um acelerado processo de crescimento urbano, marcado pela mobilidade da população excluída do acesso ao trabalho que acabou migrando para os grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Essa migração para os centros urbanos resultou na precarização das condições e das ofertas de emprego, como apresenta Queiroz (2009, p. 17-18):

“O movimento de êxodo rural brasileiro surge do fascínio do camponês pelo desenvolvimento urbano, com conseqüente paralisação da produção rural a qual motiva a migração pela busca de empregabilidade e qualidade de vida. Grandes contingentes de migrantes foram inseridos e incorporados como mão de obra assalariada na indústria que se consolidava no Brasil. O contínuo movimento migratório resultará em um número excedente de força de trabalho o qual ingressará no trabalho precarizado, no desemprego e/ou no pauperismo quando a industrialização passar pela crise dos anos 80 e na reestruturação produtiva desde então, em curso no país.”

Assim, com a globalização, as indústrias foram levadas a acelerarem as linhas de produção e a recorrerem a artifícios como um grande número de terceirizações de serviço e aquisições de estrutura mecanizada para produção, e, nessa racionalização da produção, foram levadas a redução de custos, sobretudo de mão de obra. Segundo Queiroz (2009, p. 18), esse novo método adotado

[...] produziu, principalmente nos pólos urbanos um contingente crescente e estarrecedor de trabalhadores empobrecidos devido à deteriorização, desemprego, precarizações e flexibilizações das condições de trabalho; tendo em vista diminuir os custos de produção e reestabelecer o ciclo de expansão de capital.

A partir disso, surgiram dados indicando que o desemprego atinge um em cada cinco habitantes dos grandes centros urbanos brasileiros e os empregos informais atinge dois em cada cinco habitantes (MATTOSO, 1999), e, ainda, dados de 2007 indicam que mais de 50% da população economicamente ativa brasileira encontra-se em situação de informalidade (ANTUNES, 2009).

A sociedade brasileira, estruturalmente desigual, aparece agora fragmentada e contaminada por uma forte anomia, com uma acentuada desarticulação dos milhares de brasileiros sem teto, sem terra, sem salário, sem emprego e, sobretudo, sem esperança (MATTOSO, 1999 p.22)

A ausência de uma política que garanta a universalização ao direito de moradia e sobrevivência dignas e a exclusão social gerada por essa diferença de condições econômicas entre a população, acabam compondo um quadro onde as pessoas optam utilizar as ruas como local para morar.

A inexistência de moradia convencional regular associada às demais condições conduzem a utilização de logradouros públicos [...] ou, ainda, redes de acolhida temporária mantidas por instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (SILVA, 2009 p.132)

O processo de globalização deixou evidente a contradição existente nesse processo de avanço tecnológico, onde o desenvolvimento gera simultaneamente extrema riqueza e extrema pobreza. O capitalismo global revela

uma falência das condições de vida do ser humano, quando esta não está relacionada ao lucro. Por mais que se tente, não é possível dissociar a relação existente entre o crescente número de pessoas vivendo em situação de rua e o capitalismo global e as vulnerabilidades geradas por ele.

3.2 PRIMEIRAS ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES NO BRASIL

Existem registros que os primeiros movimentos para organização de pessoas em situação de rua foram feitos pela Pastoral do Povo da Rua na década de 1970 e 1980, entidade da Igreja Católica, com destaque para atividades nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. Foram iniciativas de cunho religioso responsáveis pela implantação de casas de assistência para os chamados moradores de rua e pela organização de movimentos populares (principalmente em relação aos catadores de materiais recicláveis), dentre outras iniciativas. (BASTOS,2003; CANDIDO,2006)

Em seu capítulo sobre o Contexto Histórico e Político da População em Situação de Rua (MDS, p. 18), Antonio Garcia Reis Junior explica como se deu o desenvolvimento do atendimento a essa parcela da sociedade, dizendo que as estratégias de identificação e abordagem junto às demandas desse grupo social foram delineadas a partir do momento em que houve um aumento expressivo da população em situação de rua. Exemplos de mudança de gestão dessas iniciativas para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social foram vistas em Belo Horizonte em 1993, por meio do Programa de População em Situação de Rua, onde esse órgão ficou responsável por desempenhar o papel de integrar diversos segmentos sociais na tarefa de discutir, elaborar e implantar políticas públicas capazes de reverter o quadro de exclusão social cada vez mais evidente e crítico desse grupo. Entre os objetivos dessa política, destacam-se a caracterização do perfil e o conhecimento da realidade das pessoas que são levadas a morar nas ruas, identificar as diversas instituições que tentam intervir nessa realidade que lhe é imposta pela sociedade e, implementar com esses dados, atividades de apoio em busca da reabilitação e capacitação técnica da população na busca de alternativas à essa demanda atual apresentada pela

sociedade (BELO HORIZONTE, 1998)

Assim, em 2002 a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte implanta a Saúde da Família, primeira equipe específica para o atendimento à população de rua. Pouco tempo depois, o município de São Paulo, que possui um histórico semelhante, também implanta as suas primeiras equipes de Saúde Família. Mais tarde, outros municípios como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba vieram a implantar suas próprias equipes de atendimento e assistência.

4 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi criada em 2004 com o objetivo de nortear as ações do governo, definindo estratégias, diretrizes, princípios e instrumentos para gestão das atividades sociais, além de apresentar ideias para a construção e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, foi criado com a finalidade de tornar a Política de Assistência Social mais eficiente, apresentando uma organização político administrativa visando organizar as ações sociais a nível de território nacional.

A proteção social da assistência social está organizada, segundo Silva, em seguranças, sejam elas de acolhida, de convívio familiar, geração de renda e desenvolvimento de autonomia.

As instituições públicas estatais que acolhem essa população são denominadas CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que usualmente ofertam a assistência social básica e os CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), que prestam serviço de proteção especial de média complexidade.

5 CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS SEGUNDO O MDS

A proteção social é a garantia de inclusão de todos os cidadãos que se encontram nas consideradas situações de vulnerabilidade ou de risco (pobreza extrema e mendicância, por exemplo), onde os centros de assistência social tem por função inserir essas pessoas nas redes de proteção social local. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) discrimina os tipos de atendimento à população de rua, a partir do grau e da tipologia das necessidades a serem atendidas, visando uma maior eficiência no atendimento e suporte para esse grupo. Portanto, o SUAS classifica esses serviços em: proteção social básica e proteção social especial, essa última subdividida em proteção social de média e alta complexidade.

5.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A proteção social básica busca prevenir situações de risco pro meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dos assistidos. Este serviço é destinado às pessoas que se encontram em situação de risco devido a pobreza, fragilização de vínculos afetivos e privações (seja por renda ou por precariedade de acesso a serviços públicos). Sua função é contribuir para a inclusão social e autonomia das famílias, onde para garantir uma maior efetividade, os serviços devem se articular com as demais políticas públicas (SILVA,2006)

O objetivo da proteção social básica é:

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

(PNAS,2004 apud SILVA, 2006, p.34)

5.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A proteção Social Especial organiza a oferta de projetos, serviços e programas destinados a pessoas em situação de risco social e pessoal, e que possuem violação de seus direitos. Tem como principal objetivo contribuir para a prevenção de agravamentos na situação do indivíduo e a melhoria de recursos para reparar situações que envolvam violência, risco social e pessoal, rompimento/fragilização de vínculos familiares, sociais e comunitários. Assim, as principais situações elencadas para esse atendimento seria violência física e psicológica, violência sexual, abandono, trabalho de infantil, situação de rua, afastamento de convívio familiar, dentre diversos outros. (MDS)

Considerando as diversas realidades e a complexidade do atendimento ofertado pelo SUAS, o mesmo está organizado em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade organiza atividades e projetos destinados ao atendimento dessas populações em situação de risco, que requerem uma maior estrutura técnica e eficiência operativa. As unidades que ofertam essa categoria de serviços são os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Centros de Referência Especializada para População em Situação de Rua.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferece serviços de acolhida para indivíduos afastados do núcleo familiar temporariamente. Constituem essa categoria de serviço os locais de Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

6 NORMATIVAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome, existem nove normativas básicas destinadas à População em Situação de Rua, apresentadas em seu documento sobre orientações a respeito dos CREAS e sobre os serviços especializados para as pessoas que se encontram situação de rua. Essas normativas visam um melhor atendimento e assegurar os direitos dessa população como cidadãos. A partir disso, foram destacadas e apresentadas algumas delas a seguir:

6.1 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)

A Política Nacional de Assistência Social reconhece a necessidade de assistência que a População de rua possui. Segundo ela “no caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos” (PNAS, 2004, p.37 apud MDS). A PNAS é regida pelos princípios de:

- I. – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas rurais;
- V. – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (PNAS, 2004, p. 33)

A PNAS visa o enfrentamento às desigualdades sociais, a garantia dos direitos sociais, a profusão de condições para atender incidentes sociais e a

universalização dos direitos sociais. (PNAS, 2004). Ela objetiva:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004, p. 34)

6.2 LEI Nº 11.258, DE 2005, INCLUINDO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 23 DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)

Essa Lei parte do princípio de que deverão ser criados nos serviços sociais, programas destinados especialmente às pessoas em situação de rua.

6.3 DECRETO S/Nº, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006

Institui um grupo coordenado pelo próprio MDS denominado Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que tem por finalidade elaborar e apresentar estudos e propostas de políticas públicas que visam a inclusão social da População em Situação de Rua.

6.4 PORTARIA MDS Nº 381, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO MDS

Essa portaria garante recursos para apoio às ofertas de serviço destinados à população em situação de rua, por meio de recursos cofinanciados pelo governo federal.

6.5 RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS Nº109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009

Este documento especifica os tipos de serviços socioassistenciais a nível nacional, dentre os quais, os serviços destinados à população em situação de rua são especificados como sendo de Proteção Social Especial, Especializado para pessoas em Situação de Rua, Serviços de Acolhimento Institucional, Serviços de Acolhimento em Repúblicas e Especializado em Abordagem Social.

6.6 DECRETO Nº 7053, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

Este decreto institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento que segundo o MDS “tem como atribuições elaborar planos de ação periódicos, acompanhar e monitorar o desenvolvimento e desenvolver indicadores para o monitoramento e avaliação da Política Nacional para a População em Situação de Rua” e a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

6.7 INSTRUÇÃO OPERACIONAL CONJUNTA SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SNAS E SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA – SENARC Nº07, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010

Orienta os municípios e o Distrito Federal para a inclusão da População em Situação de Rua reunindo esse grupo no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

7 ESTUDOS DE CASO

Para auxiliar na definição do programa de necessidades do Centro de Assistência à População em Situação de Rua, foram selecionados alguns projetos, cujos partidos, plantas e soluções apresentadas pelos arquitetos foram abaixo relacionadas.

7.1 CAPSLO HOMELESS CENTER – SÃO LUIS OBISPO



Figura 2 – Perspectiva fachada principal do Centro CAPSLO
Fonte: CAPSLO,2011

Projetado pelo escritório *Gwynne Pugh Urban Studio*, o Centro CAPSLO para moradores de rua está localizado em São Luis Obispo, na Califórnia.

Com uma área total de 26 mil metros quadrados, o projeto poderá abrigar 200 leitos para os usuários, distribuídos em homens, mulheres e crianças. O projeto possui uma área para atendimento hospitalar para realização de exames médicos e psiquiatria/psicologia, salas comunitárias para desenvolvimento de atividades e cursos para aprimoramento pessoal dos usuários, cozinhas, escritórios, área de recreação e lazer para as crianças e um espaço destinado a um canil para os animais de estimação dos moradores.

Os espaços foram distribuídos no projeto de acordo com as funções, sendo que áreas de acesso mais restrito foram locadas no setor leste da

edificação com poucas aberturas para o exterior, e as áreas destinadas ao público foram locadas no setor oeste do projeto, tendo abertura para o pátio aberto da construção (ver Figura 3 e Figura4).

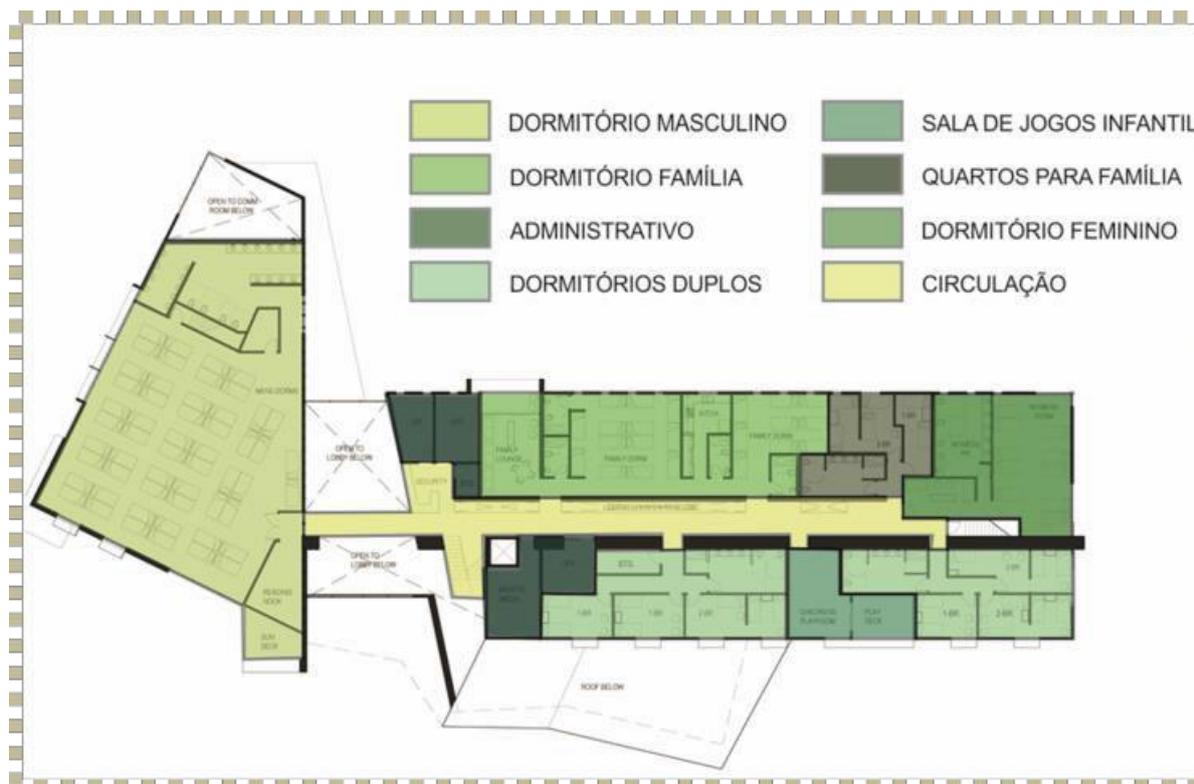


Figura 3 – Perspectiva pátio externo Centro CAPSLO

Fonte: CAPSLO, 2011



Figura 4 – Planta térreo Centro CAPSLO
Figura 5 – Planta primeiro pavimento Centro CAPSLO
Fonte: CAPSLO, 2011



Os autores do projeto optaram por um edifício com disposição mais horizontal no terreno, gerando uma forma simples e sem grandes impactos visuais ao entorno. Por meio dessa horizontalidade do projeto do centro, o edifício se torna convidativo para os usuários acessarem seu interior, uma vez que ele acaba não sendo um local confinado, e sim aberto para o espaço público, integrando a construção com seu entorno. As áreas de uso comum foram projetadas de modo que fossem permeáveis para a praça externa, resultando na integração do interior com o exterior do edifício.



Figura 6 – Perspectiva entrada principal do edifício CAPSLO
 Fonte: CAPLSO, 2011



Figura 7 – Perspectiva fachada de acesso Centro CAPSLO
 Fonte: CAPLSO, 2011

7.2 SHELTER HOME – JAVIER LARRAZ



Figura 8 – Perspectiva fachada Shelter Home
Fonte: Shelter Home, 2010

Projetado pelo escritório Javier Larraz Arquitectos, o Shelter Home está localizado em Pamplona, na cidade de Navarra na Espanha.

A proposta é a de uma caixa, a qual protege seu interior dos olhares externos a construção no local onde foi implantada: um ambiente semi urbano.

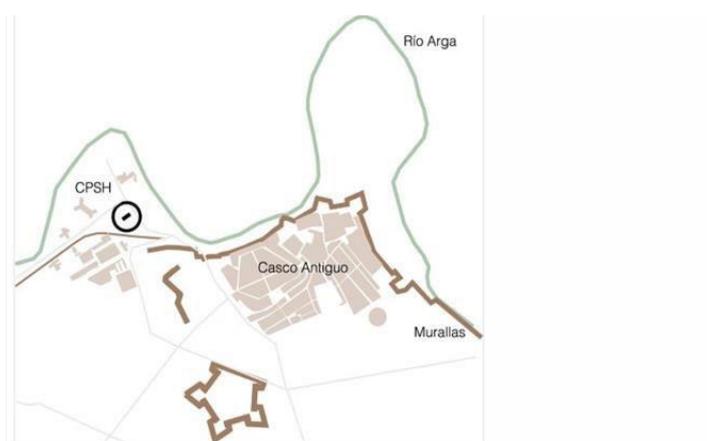


Figura 9 – Esquema de localização do distrito de implantação do projeto na cidade de Dallas
Fonte: Shelter Home, 2010



Figura 10 –Localização do distrito de implantação do projeto na cidade de Dallas

Fonte: Shelter Home, 2010

Sua configuração espacial possui uma distribuição extremamente racional e modulada. Possui uma composição formal, com uma arquitetura discreta e contida. O projeto foi idealizado para ter grande eficiência energética.

É no centro do projeto onde estão localizadas as instalações e os serviços da edificação. O centro de convivência (dormitórios, oficinas, salas de jantar e de lazer) foi disposto no perímetro exterior, com o objetivo de melhor aproveitamento da luz e ventilação natural.

O setor que atende aos usuários de maior permanência é composto basicamente por um total de dezoito quartos duplos, dispostos no térreo e no primeiro pavimento, instalações sanitárias correspondentes ao número de quartos e um local para desenvolvimento de oficinas, uma lavanderia, um espaço para realizar refeições com capacidade para 48 pessoas, administração e recepção.

Já a área direcionada aos usuários de média permanência, é composto apenas por nove quartos duplos, instalações sanitárias atendendo ao número de quartos e áreas para atividades em comum.

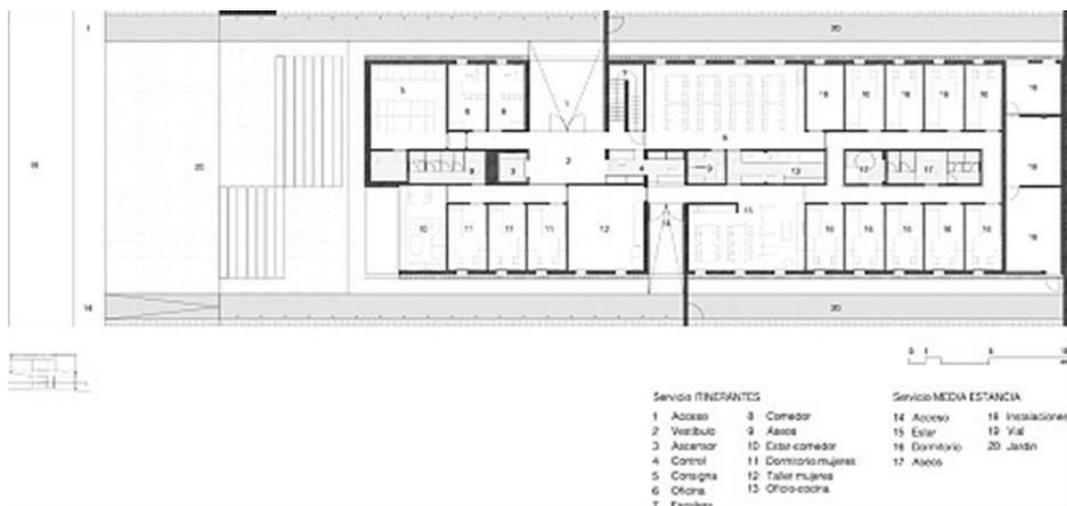


Figura 11 – Planta térreo do projeto Shelter Home

Fonte: Shelter Home, 2010

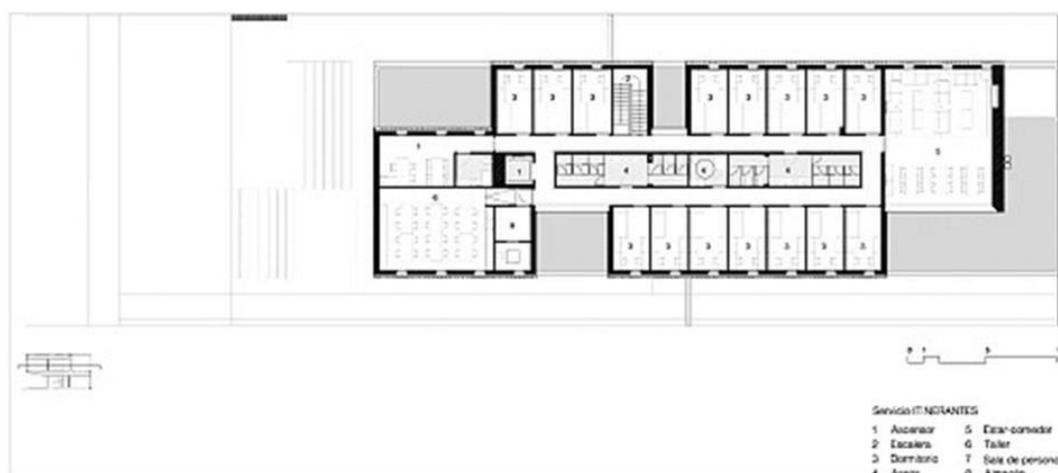


Figura 12 – Planta primeiro pavimento do projeto Shelter Home

Fonte: Shelter Home, 2010

O *Shelter Home* possui usos de estadia média para pessoas sem moradia estável e um serviço de dormitório para os usuários. Embora os dois grupos usem simultaneamente o prédio, o projeto foi pensado de modo a não haver interferência entre esses dois fluxos então foram propostos dois acessos independentes, por meio de cada uma das fachadas longitudinais.

A fachada, composta por perfis de alumínio garante a privacidade dos usuários, e ao mesmo tempo determina uma zona de segurança, uma vez que o edifício se torna mais seguro e menos propenso a invasões, além de ser uma solução estética que configura a homogeneidade da construção e, ao mesmo tempo, adapta o edifício ao seu entorno.



Figura 13 – Vista lateral do projeto Shelter Home

Fonte: Shelter Home, 2010



Figura 14 – Vista fachada do projeto Shelter Home

Fonte: Shelter Home, 2010

Segundo o arquiteto, este projeto além de satisfazer as necessidades de abrigo e alimentação para a população de rua, ele representa uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida desse grupo excluído da sociedade, e, como ressalta, cujas necessidades vão além de um simples local para poderem dormir.

Mais do que um abrigo para os moradores de rua, o *Shelter Home* cumpre sua função social de modo a oferecer abrigo e alimento para o usuário, em troca, os mesmos deverão participar e exercer tarefas diárias como limpeza, lavagem, pintura, jardinagem, dentre outros, em busca de um compromisso pessoal dos que fizerem uso dessa edificação.

7.3 THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER

O projeto *The Bridge* do escritório *Overland Partners Architects*, foi concluído em Dalas, no Texas em 2008. Situado em um local com 3,41 hectares, o edifício oferece serviços como habitação, emergência e cuidados de transição para mais de 6.000 pessoas que estejam enfrentando problemas por falta de moradia a longo prazo.

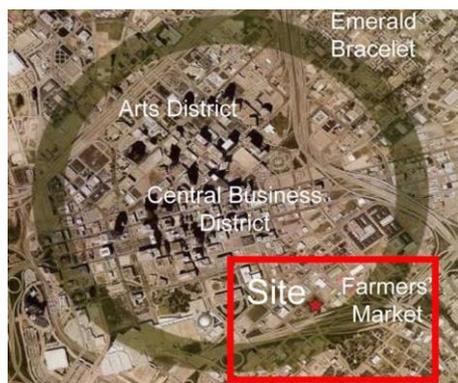


Figura 15 – Localização do distrito de implantação do projeto na cidade de Dalas
Fonte: The Bridge, 2008



de Figura 16 – Localização do terreno do projeto *The Bridge* e vista do terreno
Fonte: The Bridge, 2008

O “*The Bridge*”, não é considerado apenas um centro de assistência a moradores de rua no centro da cidade de Dallas, é também um modelo mundial em design para centros de atendimento à população de em situação de rua. Conquistou o prêmio *Best Entry Architectural* no *International Rebranding Homelessness Competition*, organizado pela *South Africa’s Tshwane Leadership Foundation*, cuja competição homenageia projetos ao redor do mundo que buscam desenvolver uma nova linguagem, visão e abordagem para lidar com esse grupo, demonstrando alternativas viáveis para enfrentar a falta de moradia e as condições às quais essa população é submetida no cotidiano.

Devido às suas diversas soluções sustentáveis, como a sala de jantar com telhado verde, seu sistema de reciclagem de águas cinzas e seus vários recursos para aproveitamento de iluminação natural, o projeto recebeu o certificado LEED (*Leadership in Energy & Environmental Design*) e a Certificação Prata do *Green Building Council*. Recebeu também outros prêmios como o Prêmio Nacional de Habitação em 2009 do *American Institute of Architects* (AIA), o *National Excellence in Design Award* em 2009 do *Environmental Design+Construction Magazine* e o *Chicago Athenaeum’s American Architecture Award* também em 2009.

Segundo o diretor da *Overland Partners Architects*, James Andrews, desde a inauguração da edificação, mais de 2,5 milhões de refeições foram servidas e cerca de 750 desabrigados foram colocados em habitação e o número da população em situação de rua em Dallas reduziu em cerca de 57%. Andrews

ainda afirma que a população em situação de rua não foi a única beneficiada pelo projeto, uma vez que a taxa de criminalidade na cidade também sofreu uma redução de cerca de 20%.

Composto por cinco edifícios que juntamente criam um pátio central, envolvendo as pessoas que ali estejam praticando alguma atividade. O edifício de serviços possui três andares para atender aos usuários, um prédio que tem função de hall de entrada de apenas um andar, um edifício de armazenamento, um pavilhão ao ar livre e um local para refeições, que serve como ponto focal (ver Figura 17).

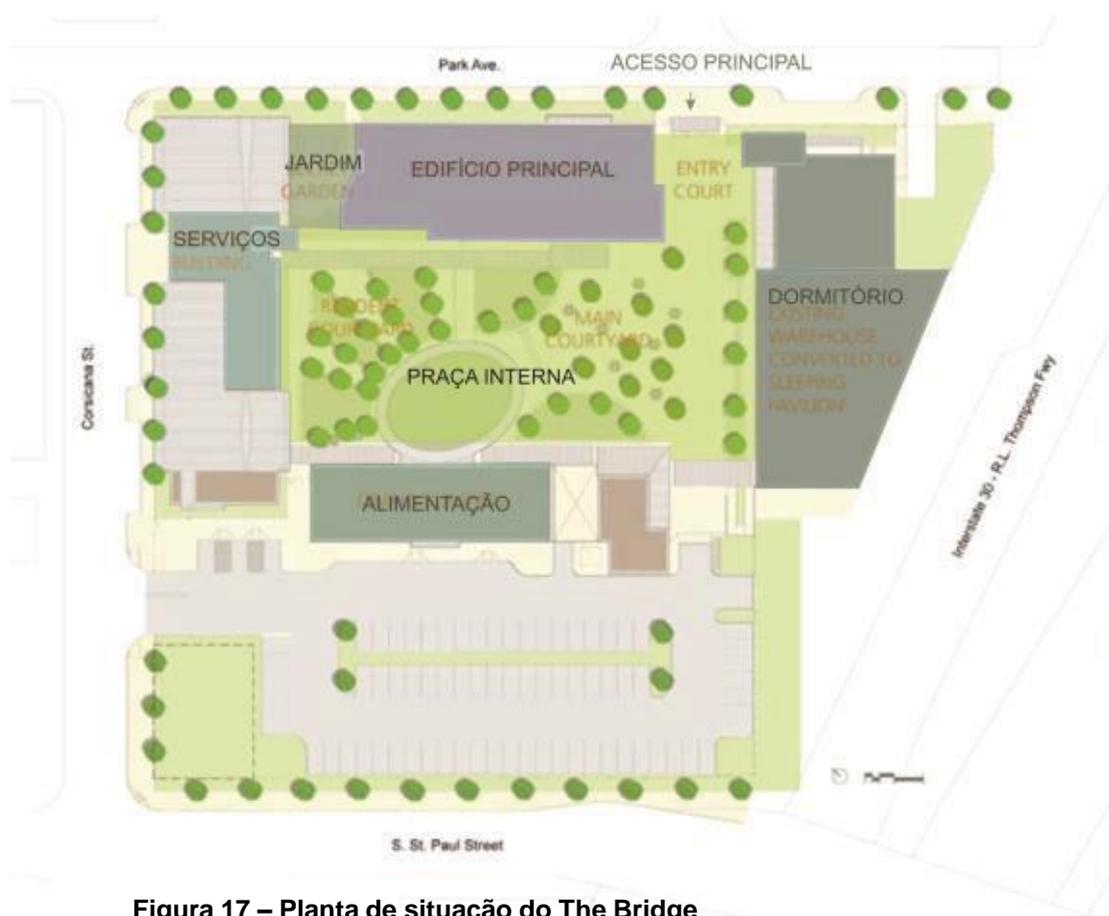


Figura 17 – Planta de situação do The Bridge

Fonte: The Bridge, 2008

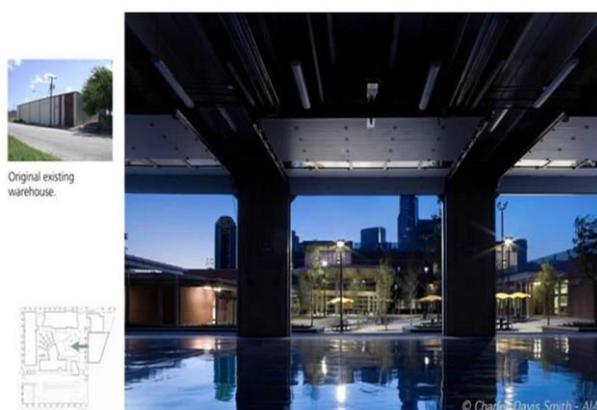


Figura 18 – Vista interna da praça central

Fonte: The Bridge, 2008



Figura 19 – Perspectiva praça central The Bridge

Fonte: The Bridge, 2008

Os projetos relacionados acima apresentam uma gama de diferentes soluções para um Centro de Assistência à População de Rua. A análise acima permite relacionar alguns pontos para serem utilizados como partido para o projeto que será proposto como resultado dessa pesquisa. O equipamento sendo distribuído no terreno de forma a haver uma integração/relação entre o público-privado ou rua-centro de assistência, pode ser uma das soluções que tornem o espaço atraente para o público que ele busca atender, uma vez que o local representará um local onde as pessoas podem ir e vir sem ter que permanecer obrigatoriamente em seu interior. Visando essa permeabilidade, pode-se propor também uma integração entre as áreas de convivência internas e as externas, podendo-se fazer uso de praças e jardins nesses ambientes.

Para a definição estética da edificação, pode-se adotar a horizontalidade e o uso de uma composição mais simples como proposta, causando menos impacto visual tanto no entorno, como para os usuários.

8 CENTRO DE ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO DE RUA

Um Centro de Assistência a população de rua tem por função a gestão e organização de programas, projetos e ofertas de serviços visando benefícios da política de assistência social. Estabelece uma “co-responsabilidade” entre os diversos entes federados (como Municípios e Estados) objetivando a implementação de projetos, programas, serviços e benefícios de assistência social, como um dever do Estado e um direito do cidadão. (MDS)

Tem como principais objetivos contribuir para a prevenção de agravamentos e a potencialização de recursos para a reparação de situação que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Busca contribuir para a restauração e preservação da integridade e da autonomia da população em situação de rua, bem como a promoção para a reinserção familiar e comunitária. (MDS)

“A unidade deve representar espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.” (MDS)

É interessante mencionar, uma resposta dada para a autora Cleisa (2005, p.167) ao pesquisar e entrevistar acerca desse tema

Nem todos os moradores de rua querem exatamente isso: uma instituição que os abrigue simplesmente e os deixe sem perspectiva nenhuma de vida futura. Tudo bem, eu vou viver como interno aqui até cinquenta anos, depois eu morro e vou pro caixão, acabou. Qual a contribuição que eu dei pra sociedade? Vivi com parasita da sociedade esse tempo todo.”

Um Centro de Assistência para a População de Rua é um equipamento que visa atender as necessidades básicas dos usuários, oferecendo atividades para formação, qualificação pessoal e profissional e alcance de autonomia, bem como proporcionar áreas e condições de convivência dignas e mais humanas entre essa população.

8.1 SERVIÇOS OFERECIDOS

O serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua é classificado em seguranças ofertadas para esse público, sendo elas: segurança de acolhida, segurança do convívio ou vivência familiar e segurança de desenvolvimento de autonomia individual. A seguir, será apresentada a caracterização desses serviços segundo o documento do MDS de perguntas e respostas acerca dos serviços e direitos desse grupo.

8.1.1 Segurança da Acolhida

A Segurança da Acolhida se caracteriza pelo acolhimento dessa população vulnerável nos serviços ofertados pelos centros com padrões e condições dignas. A busca pela minimização de danos e traumas adquiridos pela vivência de violência e abusos sofridos.

Todos os serviços necessitam serem realizados de modo que haja a conservação da identidade e história de vida de cada um dos usuários. O acesso à alimentação digna e com padrões nutricionais adequados também é uma das principais atividades desse serviço.

8.1.2 Segurança do Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social

Este serviço se baseia basicamente no fornecimento de serviços socioassistenciais e ao acesso às políticas públicas que atendam às necessidades de cada usuário.

8.1.3 Segurança de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social

Se caracteriza pela oferta de serviços e atividades que permitam vivências baseadas no respeito a si próprio e aos outros e nos princípios de ética, justiça e cidadania, visando o fortalecimento do convívio social e comunitário. Esse serviço auxilia na construção de projetos pessoais e na promoção da auto estima, na busca de autonomia e auxilia esses cidadãos a terem acesso à documentação civil básica como o registro geral (RG). Permite aos assistidos terem acesso a serviços de proteção social e a políticas públicas, informa sobre os direitos dessa população como os benefícios sociais concedidos pelos programas de bolsa do governo.

8.2 ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO

O MDS elenca em seu documento acerca os Centros de Assistência para População de Rua algumas etapas a serem seguidas para a implantação de uma unidade de assistência para esse grupo populacional. Dentre elas foram destacadas as seguintes etapas:

- a. Elaboração de um diagnóstico socioterritorial onde é possível obter as informações como concentração e movimentação da população em situação de rua na região, o perfil e as características do grupo a ser assistido para um melhor atendimento às necessidades dele, levantamento e mapeamento das unidades assistenciais da região para análise de uma possível articulação de serviços entre elas;
- b. Definição do território de abrangência de cada unidade;
- c. Definição dos serviços a serem ofertados pela unidade a partir da análise do perfil e das necessidades da população de rua local;
- d. Definição de uma localização estratégica para implantação da unidade a partir do levantamento das concentrações da população na cidade;

9 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

A escolha do local para implantação do Centro de Assistência deve ser feita a partir da análise do diagnóstico do entorno e da região a ser escolhida, afinal um bom local para a escolha de implantação deve ser onde a população em situação de rua não encontre dificuldades em acessar e onde possua uma maior concentração desse público na região.

Para a realização desse diagnóstico, foram levantados alguns abrigos que acolhem a População de Rua em Curitiba. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), esses abrigos são classificados em público municipais (no caso dos CREAS e unidades de atendimento da FAS) e particulares (nos quais foram observadas instituições de cunho religioso e instituições com patrocinadores para manter o serviço de atendimento).



Figura 20 – Mapeamento de abrigos levantados para População em Situação de Rua em Curitiba
Fonte: Autoria própria

Estes abrigos relacionados acima (Figura 21), possuem apenas duas tipologias: particular e os públicos municipais (Tabela 1). É possível observar no mapeamento (Figura 21) ainda, que a maior parte dos equipamentos está localizado ou na região central ou em bairros que estejam em suas proximidades.

Tabela 1 – Abrigos levantados em Curitiba

ABRIGOS EM CURITIBA			
	ABRIGO	TIPO	BAIRRO
1	Comunidade Hermon - Unidade Feminina	Particular	Tingui
2	Associação Cristã de Assistência Social - ACRIDAS	Particular	Bacacheri
3	Associação Cristã de Assistência Social ACRIDAS	Particular	Bairro Alto
4	Socorro aos Necessitados	Particular	Tarumã
5	Asilo São Vicente de Paulo	Particular	Juveve
6	Casa de Apoio Associação Padre João Ceconello	Particular	-
7	Confederação Evangélica de Assistência Social- Lar Esperança II	Particular	Campo Comprido
8	Dona Paula	-	Campo Comprido
9	Pequeno Cotelengo do Paraná - Dom Orione	Particular	Campo Comprido
10	FAS - Núcleo Regional - Matriz	Público Municipal	Centro
11	Centro POP - João Dorvalino Borba	Público Municipal	Centro
12	Centro POP - Resgate Social	-	Centro
13	CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social Matriz	Público Municipal	Centro
14	Unidade Migrante e Itinerante - Casa da Acolhida e do Retorno	Público Municipal	Jardim Botânico
16	CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Matriz	Público Municipal	Rebouças
17	Casa dos Pobres São João Batista	particular	Rebouças
18	CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Vila Torres	Público Municipal	Prado Velho
19	Mais Viver	Público Municipal	Jardim Botânico
20	Associação Beneficente Encontro com Deus	Particular	Guabirota
21	Casa de Repouso Recanto Feliz	Particular	Jardim das Américas
22	Casa de Acolhida Toca de Asis	Particular	Portão
23	APP E. M. Thomas Edison	Particular	Capão Raso
24	Associação Santa Rita de Cássia - Lar Iracy	Particular	Xaxim
	Casa de Maria	Público Municipal	indisponível - sigiloso

Fonte: Do autor

Uma vez que a maior concentração da População em Situação de Rua

se encontra na região central da cidade, optou-se por essa região para propor o equipamento de assistência. Com esse objetivo, foram selecionados quatro possíveis terrenos para se propor o projeto arquitetônico, os quais atenderiam ao equipamento que será proposto. Os critérios para escolha dos terrenos acima foram a baixa potencialidade de verticalização e a facilidade dos usuários acessarem o equipamento. A partir da análise do entorno dos quatro terrenos, é possível verificar que existem outros equipamentos que podem agir associadamente com o Centro de Assistência que será proposto, tanto na área de educação quanto de saúde.

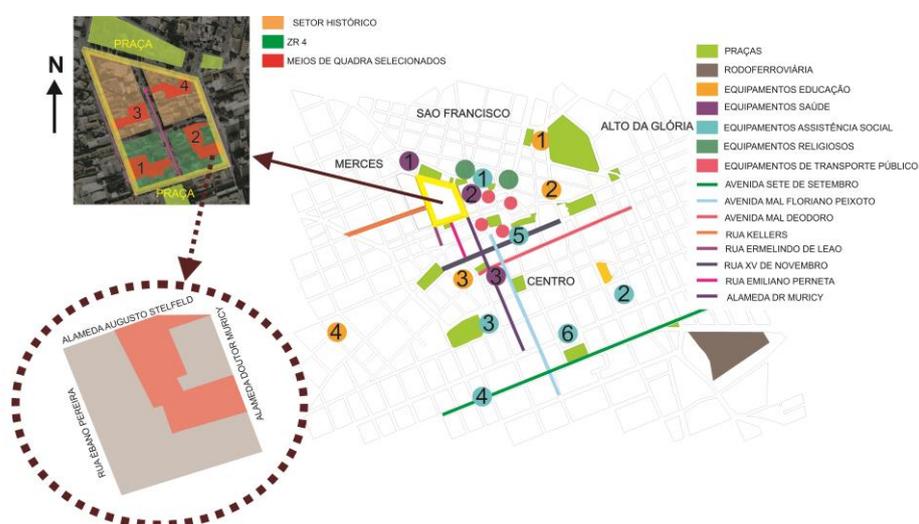


Figura 21 – Análise do entorno do terreno
Fonte: Autoria própria

Tabela 2 – Análise dos terrenos selecionados

TERRENOS					
ZONEAMENTO	POTENCIALIDADES	ÁREA	COEF. DE APROVEITAMENTO	NÚMERO MÁXIMO DE PAVIMENTOS	
1 ZR4	Possui duas testadas	2333 m ²	2	6	
2 ZR4	Possui duas testadas, sendo uma delas de esquina	2641 m ²	2	6	
3 SH (subsetor 2)	Meio de quadra com duas testadas	1891 m ²	2	4	
4 SH (subsetor 2)	Meio de quadra com duas testadas	1334 m ²	2,6	3	

Fonte: Do autor

Após a análise das especificidades de cada terreno, tornou-se possível a escolha da opção 02 de terreno, devido à sua área e seu relativamente baixo potencial de verticalização (no máximo 6 pavimentos para ZR 4, de acordo com a Lei 9800/2000 da Prefeitura Municipal de Curitiba) e que por ser um terreno de esquina e ter uma angulação e posição favorável em relação ao norte acaba por receber grandes áreas de sol ao longo do dia.

9.1 VISITA TÉCNICA EM CENTRO EXISTENTE EM CURITIBA

Com o objetivo de conhecer a estrutura dos equipamentos existentes em Curitiba, bem como entender quais atividades e como se dá o funcionamento dos mesmos, foi realizada uma visita técnica no Centro Pop João Dorvalino Borba em Curitiba.

O imóvel localizado na região central da cidade, é uma edificação adaptada (como a maioria dos equipamentos da Fundação de Ação Social de Curitiba que atendem a esse público) para comportar as atividades ofertadas à População em Situação de Rua. Uma vez que o imóvel não possui características arquitetônicas relevantes a serem analisadas, a visita serviu para elucidar como funcionam as atividades e serviços dentro do equipamento, como também os espaços e os setores existentes dentro dele.

O equipamento se divide basicamente em três setores: administrativo, comunitário e apoio/convivência.

O setor administrativo (Figura 22) é composto basicamente por uma sala de coordenação (com computadores e atividades administrativas/secretariado), sala de reunião e apoio/estar funcionários.



Figura 22 – Levantamento fotográfico área administrativa
Fonte: Do autor

O setor comunitário possui as áreas de maior permanência dos usuários. É composto por salas de oficina (pintura, leitura, dentre outros), uma sala multiuso (onde ocorrem atividades maiores, inclusive peças de teatro), sala de computação (onde os usuários aprendem digitação).



Figura 23 – Levantamento fotográfico área comunitária
Fonte: Do autor

O setor de apoio e vivência, compõe as áreas que ofertam serviços aos

usuários, como alimentação (com suas cozinhas e refeitório), guarda volumes (onde os usuários deixam seus pertences) e lavanderia (onde os usuários podem fazer a higiene de suas roupas).



Figura 24 – Levantamento fotográfico áreas de apoio e convivência
Fonte: Do autor

O Centro Pop oferta atividades para a População em Situação de Rua no período diurno: o usuário chega ao equipamento pela manhã, deixa seus pertences no guarda-volumes, se encaminha para o refeitório para tomar o café da manhã, depois segue para as salas de oficinas e cursos até o horário do almoço. Após o almoço, retorna para as salas de oficinas e cursos até o final da tarde, depois retorna para o refeitório para jantar e à noite cada indivíduo é dispensado para pernoitar em albergues, centros de atendimento ou até mesmo nas ruas.

9.2 DIRETRIZES PROJETUAIS

Ainda segundo o MDS em seu documento, após a escolha do local de implantação do projeto, a próxima etapa consiste em assegurar que a unidade tenha espaço físico e infraestrutura necessária para atender às atividades e necessidades dos usuários. Para promover uma melhor acolhida dos usuários, o espaço deverá dispor de ambiente físico com qualidades ambientais adequadas e de espaços para atendimento individual e em grupo, visando assegurar sigilo e privacidade para o usuário, para tanto, o MDS recomenda que essa implantação deva ser realizada em locais que possuam espaços com dimensões e qualidade ambiental adequada para a realização das atividades, evitando, portanto o improvisado de implantação da unidade em um espaço adaptado qualquer e sem análise prévia da demanda a ser atendida pelo Centro.

No documento ressalta-se que para uma boa infraestrutura, o Centro de Assistência deverá ter espaços para atendimento individual visando a privacidade e o conforto do usuário, os ambientes deverão ter iluminação e ventilação adequadas e a edificação deverá obedecer aos critérios dispostos na NBR 9050 de acessibilidade em edifícios.

9.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES

Para elaborar um programa de necessidades adequado para atender um determinado público, é necessário entender seu perfil e suas necessidades. Um projeto deverá ser resolvido de forma a melhor atender aos usuários da edificação, visando sempre resolver os fluxos e uma melhor distribuição dos ambientes. O projeto buscará atender uma população de cerca de 600 pessoas.

O centro de assistência deverá dispor minimamente de:

Tabela 3 – Programa de necessidades do equipamento proposto

SERVIÇO	ÁREA (M ²)	COMUNITÁRIO	ÁREA (M ²)
HALL	65,43	PRAÇA	823,18
COZINHA	44,07	REFEITÓRIO	110
ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS	9,66	SALA DE TELEVISÃO	29,5
RESÍDUOS	4	SALA DE JOGOS	65,96
LAVANDERIA	22,62	I.S.	55,37
VESTIÁRIOS	25,02	RUA INTERNA	339,72
COPA	23	PRAÇA COBERTA	604,55
DORMITÓRIOS	25,17	RECEPÇÃO	57,45
I.S.	13,46	LOJAS	393,86
LIMPEZA	37,95	TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	2479,59
SOLÁRIO	49,41		
TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	319,79		

ENSINO	ÁREA (M ²)	SAÚDE	ÁREA (M ²)
OFICINAS	284,59	SECRETARIA	18,46
I.S.	52,6	I.S.	7,28
BIBLIOTECA	91,65	ALMOXARIFADO	3
ALMOXARIFADO	27,76	CLÍNICO GERAL	13,3
TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	456,6	PSICÓLOGO	10,29
		TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	52,33

ADMINISTRAÇÃO	ÁREA (M ²)	ACOLHIMENTO	ÁREA (M ²)
SECRETARIA	13,92	ALA FEMININA	62,67
DIRETORIA	8,75	ALA MASCULINA	375,14
REUNIÃO	14,55	TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	437,81
ASSISTENTE SOCIAL	19,66		
ADVOGADO	10,77		
GUARDA VOLUME	21,79		
DOAÇÕES	23,33		
SEGURANÇA	8,71		
TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	121,48		

Fonte: Do autor

9.4 FINANCIAMENTO DO EQUIPAMENTO PROPOSTO

A proposta é que o equipamento seja uma OSCIP (Organização da sociedade civil de interesse público), o qual é decorrente da Lei do Terceiro Setor ou Lei 9790/99. Esta lei qualifica sociedades civis de direito privado de forma que elas recebam um selo oficial de OSCIP, ou seja, recebam o reconhecimento de entidade de interesse público. Essas organizações são ONGs criadas por instituições da iniciativa privada, as quais comprovam cumprir requisitos como derivados de normas de transparência administrativa, obtendo assim um certificado emitido pelo poder público federal. As empresas de iniciativa privada recebem então termos de parceria, onde os conveniados tem maior agilidade na prestação de contas.

Para obter a qualificação é necessário o cumprimento de alguns requisitos, onde a organização deverá ter por finalidade, por exemplo, a promoção da assistência social, dentre outras como promoção do voluntariado ou a promoção gratuita da educação.

A qualificação de OSCIPs transforma as entidades em parceiras dos órgãos governamentais existentes, tornando-as aptas a realizarem Termos de Parceria e prestando contas com publicidade e transparência, mantendo a agilidade característica do Terceiro Setor.

10 RESULTADOS

Como resultado da análise da realidade de Curitiba, optou-se pelo terreno 02 (Figura 21) para comportar o equipamento que será proposto. As características do terreno em relação ao zoneamento referentes à zona ZR-4 do município (Figura 25).

TERRENO	
ZONA	ZR4
ÁREA DO TERRENO (m ²)	2641,00
COEF. DE APROV.	2,00
ÁREA TOTAL (m ²)	5282,00
NÚMERO MÁX. DE PAV.	6

Figura 25 – Características do terreno

Fonte: Do autor

O terreno, localizado entre as Alamedas Dr. Muricy e Augusto Stelfeld, é um miolo de quadra subutilizado onde atualmente é ocupado por três estacionamentos (Figura 26).



Figura 26 – Levantamento fotográfico do terreno escolhido

Fonte: Do autor

Uma vez que para a inserção de um projeto em um meio urbano é necessário fazer uma análise de todo o seu entorno imediato, tanto no que diz respeito aos usos dados a cada edificação e ao gabarito de alturas das edificações, como todas as condicionantes, potencialidades e deficiências da região onde o projeto será implantado.



Figura 27 – Análise dos usos das edificações

Fonte: Do autor



Figura 28 – Mapeamento do gabarito das edificações

Fonte: Do autor



Figura 29 – Análise dos fluxos das vias

Fonte: Do autor



Figura 30 – Mapeamento das potencialidades e deficiências do terreno

Fonte: Do autor

As edificações existentes no entorno imediato do terreno são de pequeno porte, pois sua grande maioria possui até dois pavimentos e a maior parte delas possui uso comercial ou de serviço (Figura 27 e Figura 28).

O fluxo de veículos mais intenso se encontra na Alameda Dr. Muricy e na Alameda Augusto Stelfeld. O fluxo gerado por pedestres, por outro lado, se concentra na Alameda Dr. Muricy, pois a Alameda Augusto Stelfeld está degradada, e causa sensação de insegurança (inclusive pela existência de um viaduto), tornando a rua um percurso evitado pelos pedestres, o que torna necessário a revitalização dessa área de alguma forma, como a implantação de algum elemento que torne essa passagem mais atraente para os transeuntes (Figura 29).

A potencialidade principal do terreno, a qual será tomada como partido para o projeto proposto, será a possibilidade de conexão entre as ruas, tornando o miolo de quadra uma passagem/continuidade da rua, trazendo a rua para dentro do projeto e propiciando a conexão “público X privado” e “rua X edificação” *(Figura 30).

A partir das análises dos mapeamentos acima, propõe-se uma ocupação do terreno de forma a dispor o equipamento ao longo da rua interna criada dentro do miolo de quadra (Figura 31), a qual resulta no projeto arquitetônico proposto para o Centro de Assistência à População em Situação de Rua (Anexo-A).



Figura 31 – Plano de ocupação dos setores no terreno

Fonte: Do autor

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As necessidades da População em Situação de Rua vão além de simplesmente um local para poderem dormir ou simplesmente se alimentar. Essa pesquisa permite entender que esse grupo não é somente formado por pessoas que optaram por viver nessa condição desumana ou, até mesmo por pessoas acomodadas com esse modo de viver. A história de muitos deles é marcada por frustrações, falta de oportunidades e condições de investir em algo que proporcione um futuro melhor.

A população em situação de rua, como modo de sobrevivência, acaba fazendo uso de logradouros públicos como moradia, mesmo que alguns pernoitem em albergues ou abrigos, os que permanecem nas ruas procuram adaptar o espaço para melhor atender às suas necessidades (colchões, lonas improvisando barracas, etc.). Esses hábitos resultam na contribuição da degradação do meio urbano, o que gera zonas que inspiram insegurança para os transeuntes. Medidas para incentivar esses moradores a restabelecerem suas vidas com condições dignas de sobrevivência se torna, no ponto de vista urbano, uma ação para revitalização dos centros da cidade, que é onde grande parte dessa população se concentra.

Faltam dados que possibilitem uma conclusão a respeito da saúde grupo em Curitiba, apesar de apenas 30% da população em situação de rua a nível nacional declarar que possui algum problema de saúde. Em Curitiba, pode-se constatar apenas que alguns possuem deficiência física (o que por si só já gera uma certa exclusão social, devido às suas delimitações) e que outros realmente desenvolveram doenças mentais ao longo de suas trajetórias.

As pesquisas realizadas sobre essa parcela da sociedade indicam que mais da metade deles não concluiu o ensino básico, o que resulta em uma desqualificação para o mercado de trabalho atual, o qual necessita de profissionais com capacitação e certo grau de informação. Quando a população de rua que mora em Curitiba foi questionada sobre quais eventos poderiam mudar sua atual condição de rua, a maioria afirmou que uma vaga no mercado de trabalho seria capaz de contribuir para essa mudança de realidade. Para tanto, porém, esse grupo precisa

de apoio e condições para conseguir a capacitação profissional necessária para conquistar seu espaço no mercado de trabalho.

Curitiba comporta vários centros de assistência para assistir a população de rua. No entanto, ou esses equipamentos não são usados em sua totalidade, tendo em vista a grande concentração de pessoas que continuam lutando para sobreviver nas ruas, ou eles não comportam ou não atendem às necessidades que essa população apresenta. Portanto, é necessário um estudo mais aprofundado sobre o porquê dos equipamentos não estarem sendo utilizados como local para abrigar essas pessoas ou o porquê dessas pessoas não buscarem esses locais para receberem a assistência ofertada.

O Centro de Assistência à População de Rua proposto nessa pesquisa teria o objetivo de servir como equipamento para essa parcela da sociedade, uma vez que os Centros existentes são incapazes de atender à demanda existente na cidade de Curitiba. Esse projeto seria equipado com espaços de atendimento (saúde, alimentação, dormitórios) e convivência, bem como comportaria áreas para cursos e oficinas para desenvolvimento pessoal e aprimoramento de técnicas e de atividades na tentativa de requalificação dessa população. É necessário esclarecer que uma vez que esse centro serviria como um espaço para abrigar essas atividades, ele seria uma ferramenta a ser conjugada com todas as outras atividades de assistência juntamente com a vontade pessoal de cada cidadão de mudar sua própria realidade, e que essas pessoas necessitam aprender a buscar uma melhoria de vida a partir da assistência oferecida pela instituição.



Figura 32: Gestão do equipamento proposto
Fonte: Do autor

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPSLO HOMELESS SERVICES CENTER. **Architizer**. Disponível em: <http://architizer.com/projects/capslo-homeless-services-center/> Acesso em: 12 fev 2014

CAPSLO HOMELESS SERVICES CENTER. **Designboom**. Disponível em: <http://www.designboom.com/architecture/gwynne-pugh-urban-studio-capslo-homeless-services-center/> Acesso em: 12 fev 2014

CAPSLO HOMELESS SERVICES CENTER. **Archdaily**. Disponível em: <http://www.archdaily.com/195063/design-for-homeless-shelter-in-san-luis-obispo-awarded/> Acesso em: 12 fev 2014

CAPSLO HOMELESS SERVICES CENTER. **Gwynnepugh-us**. Disponível em: <http://www.gwynnepugh-us.com/project/CAPSLO%20Homeless%20Center> Acesso em: 12 fev 2014

SHELTER HOME FOR THE HOMELESS. **Archdaily**. Disponível em: <http://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-the-homeless-javier-larraz/> Acesso em: 12 fev 2014

HOMELESS SHELTER IN PAMPLONA. **Architecture News**. Disponível em: <http://www.architecturenewsplus.com/projects/2427> Acesso em: 12 fev 2014

A SHINING EXAMPLE OF WHAT A HOMELESS SHELTER SHOULD BE. **Archid Well**. Disponível em: <http://www.archidwell.com/architecture/shining-example-what-homeless-shelter-should-be/> Acesso em: 12 fev 2014

THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER. **Arch Daily**. Disponível em: <http://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners/> Acesso em: 12 fev 2014

THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER. **Bruner Foundation**. Disponível em: <http://www.brunerfoundation.org/rba/pdfs/The%20Bridge%20HC.Final.pdf> Acesso em: 12 fev 2014

THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER. **Arch Innovations**. Disponível

em: <http://www.archinnovations.com/featured-projects/housing/the-bridge-homeless-assistance-dallas-overland-partners/> Acesso em: 12 fev 2014

THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER. **Open Buildings**. Disponível em: <http://openbuildings.com/buildings/the-bridge-homeless-assistance-center-profile-39308> Acesso em: 12 fev 2014

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. **Fas**. Disponível em: <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/> Acesso em: 19 fev. 2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Mds**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/orgaoscolegiados/mds-nos-comites> Acesso em: 13 fev. 2014

PROTEÇÃO BÁSICA. **Desenvolvimento Social**. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_basica Acesso em: 12 fev. 2014

ALEXANDER E DIÓGENES: O GRANDE E O CÍNICO. **Scribatus**. Disponível em: <http://scribatus.wordpress.com/2009/05/11/alexandre-e-diogenes-o-grande-e-o-cinico/> Acesso em: 06 fev 2014

DIÓGENES DE SÍNOPE. Filosofia. Disponível em: http://www.filosofia.com.br/historia_show.php?id=30 Acesso em: 06 fev. 2014

OS PEQUENOS: GRUPO DE AJUDA HUMANITÁRIA. **Os pequenos**. Disponível em: <http://www.ospequenos.org/txt/moradorderua2.htm> Acesso em: 05 fev 2014

PASTORAL DO POVO DA RUA. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/do-povo-da-rua> Acesso em: 05 fev. 2014

POLÍTICAS PÚBLICAS. **Meio Ambiente**. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_Politicaspblicas.pdf Acesso em: 07 jan. 2014

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO. **Jus**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19265/organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico-oscip> Acesso em: 15 set 2014

TERCEIRO SETOR. **Gestão empresarial**. Disponível em:
http://www.gestaoempresarial-br.com.br/livre/terceiro_setor.php Acesso em: 15 set 2014

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009

ANTUNES, R. Ricardo (Org). A classe trabalhadora ampliada. **Agencia Brasil de Fato**, Rio de Janeiro – RJ, Julho, 2009.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

SNOW, D A, ANDERSON, L. **Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis, RJ: Vozes ed. 1998

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ED. São Paulo: ATLAS, 1999. 206P.

VÉRAS, Maura P. B. **Sociedade urbana: desigualdade e exclusão sociais**. Caderno CRH, Salvador, N.38, P 78-114, Jan. / Jun./ 2003. Disponível em:
<<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=950&article=144&mode=pdf> >
Acesso em: 29 set. 2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **SUAS e População Em Situação De Rua**.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/populacao-em-situacao-de-rua-cadastro-unico-e-servicos-socioassistenciais/arquivos/SUAS%20e%20Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua.pdf> > acesso em: 29 set. 2013

MELO, Tomás Henrique De Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e luta por reconhecimento da população em situação de rua**. Dissertação (Mestrado Em Antropologia Social) – Setor De Ciências Humanas, Letras E Artes, Universidade Federal Do Paraná, Curitiba, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação De Rua**. Abril, 2008. Disponível em: <
http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumarioexecutivo_pop_ua.pdf > Acesso em 29 Set. 2013

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS. **Diagnóstico da evolução dos indicadores sociais em Curitiba**. 2011. Disponível em: <
http://www.cps.fgv.br/cps/bd/cur/Neri_diagnostico_slide.pdf > Acesso em: 30 set. 2013

RIBEIRO, Diego. **Crescem os “vultos” de Curitiba**. Gazeta do Povo, Curitiba. 07 ABRIL 2013. DISPONÍVEL EM: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1360767&tit=crescem-os-vultos-de-curitiba>> Acesso em: 29 set. 2013

TARACHUQUE, Jorge. **Bioética E vulnerabilidade Da População em Situação De Rua**. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Curitiba, 2012

QUEIROZ, Maurício de Campos. **O ponto de vista dos sujeitos: Representação Social Da População em Situação de Rua**. Trabalho De Conclusão De Curso (Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Curitiba, 2009

SILVA, Luciana Rita Das Mercês. **Um estudo da rede de atendimento à População em Situação de Rua na Cidade de Curitiba**. Trabalho De Conclusão De Curso (Curso De Serviço Socail), Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Curitiba, 2006

BRANDT, Silvia Helena. **Avaliação dos serviços sócio assistenciais para o morador de rua: o caso Curitiba**. Dissertação (Mestrado Em Psicologia), Universidade Tuiuti Do Paraná, Curitiba, 2012

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a População em Situação de Rua / Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério Da Saúde, 2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Orientações sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. **Setembro, 2011**

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Morar na rua: há projeto possível?**. Dissertação (Mestrado – Área De Concentração: Projeto, Espaço E Cultura) - Fausp. São Paulo, 2012

OLIVEIRA, José Roberto de. **A rua na pobreza e a pobreza na rua: a rua como novo local do habitar. Um estudo das relações entre moradores de rua e espaço urbano**. Dissertação (Mestrado Em Arquitetura E Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, 2006

ANEXO A - PROJETO ARQUITETÔNICO



CENTRO DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALUNA: HELENA D'ÁVILA OGG
ORIENTADOR: ARMANDO YOSHIO ITO



TEMA

Um Centro de Assistência à População em Situação de Rua é um equipamento que visa atender às necessidades básicas dos usuários, oferecendo atividades para formação e qualificação profissional e alcance de autonomia, bem como proporcionar condições de convivência dignas e mais humanas entre essa população.

HISTÓRIA



O filósofo Diógenes, para colocar em prática seus ideais a respeito de como o ser humano consegue sobreviver sem muitos recursos, optou por viver nas ruas em uma completa miséria, tendo como moradia uma barril e alimentava-se somente com o conteúdo que coubesse em sua cuia.

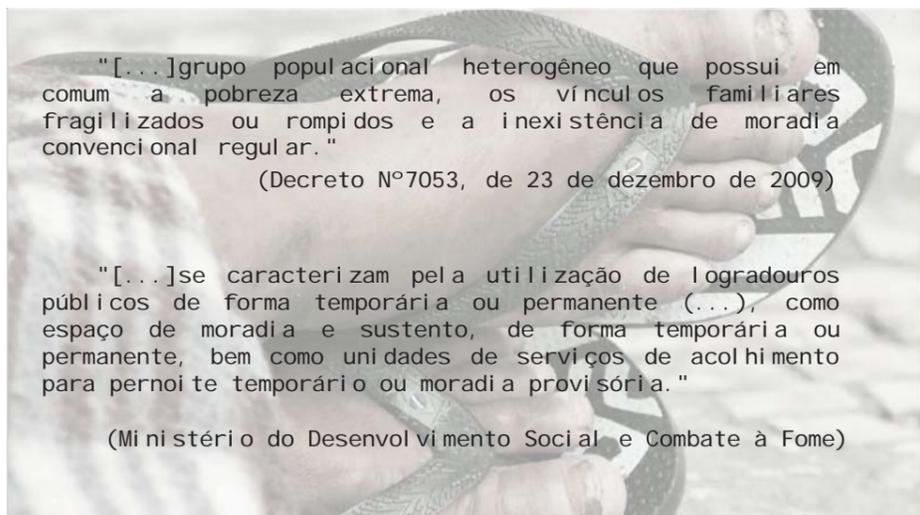
Itinerantes ficavam próximos a feiras e às cidades que se formavam, buscando sobrevivência e "caridade", já oferecidas pelas Igrejas.

O êxodo rural trouxe várias pessoas para o meio urbano em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Porém com a industrialização e com a substituição da mão de obra humana por máquinas, ocorreu uma redução das oportunidades de emprego, levando essa população a morar nas ruas.

Cada vez mais o ser humano acabou sendo substituído por máquinas para uma otimização dos sistemas de produção. Os números referentes à população de rua são cada vez mais representativos.

ATENAS (V.a.C)	IDADE MÉDIA	SÉCULO XX	SÉCULO XXI
----------------	-------------	-----------	------------

QUEM SÃO?



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA

"[...]a Fundação de Ação Social (FAS) atendeu 3.450 indivíduos no ano passado, aumento de quase 25% na comparação com os dados do IBGE. Já o Movimento Nacional dos Moradores de Rua estima que as marquises da capital abriguem pelo menos 4 mil pessoas [...]"

(RIBEIRO, Diogo. Crescem os "vultos" de Curitiba. Gazeta do Povo)



CONCEITO - GESTÃO



Esquema de gestão do equipamento proposto

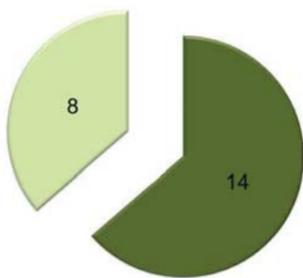
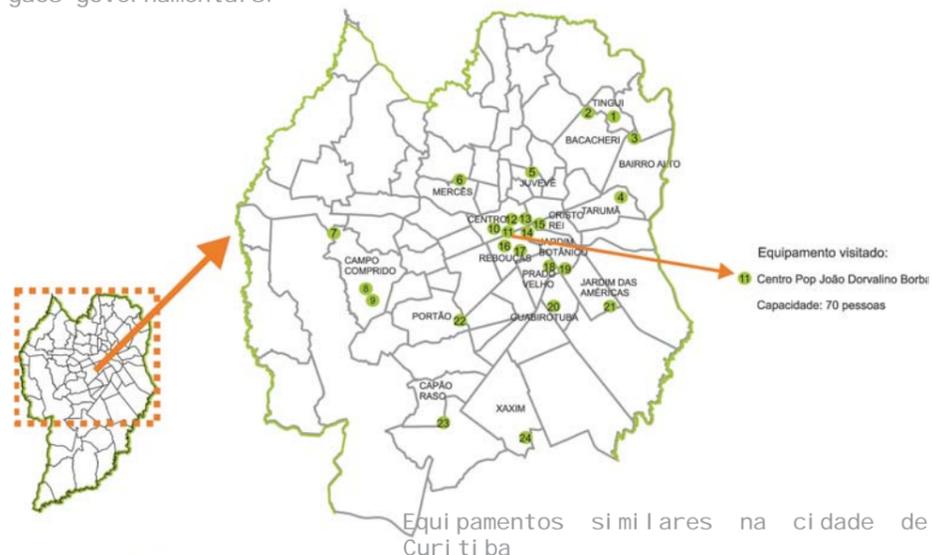
O QUE OFERTA?



Estar/Acolhida / Refeição/Nutrição / Higiene / Hospedagem / Saúde / Convivência

CURITIBA - PARANÁ - BRASIL

Em Curitiba, a Fundação de Ação Social (FAS) compõe a rede de atendimento social juntamente com instituições não governamentais e órgãos governamentais.



Tipo de financiamento dos equipamentos similares levantados

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO



OBJETIVO

Propor um equipamento para a População em Situação de Rua que seja capaz de promover sua inclusão social e restabelecer sua dignidade.

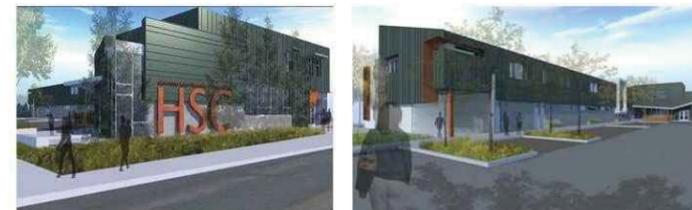
ESTUDOS DE CASO



THE BRIDGE (DALLAS, TEXAS)



SHELTER HOME (PAMPLONA, ESPANHA)



CAPSL0 (SÃO LUIZ OBI SPO, CALIFORNIA)

REFERÊNCIAS



Rua na Letônia

Seijo Town Houses, de Kazuyo Sejima

Concurso Centro Cultural de Eventos e Exposições em Paraty, de Filipe Gebrim Dória (Menção Honrosa)

SÍNTESE DE ANÁLISE:

- Integração do espaço público - privado
- Permeabilidade visual / continuidade espacial
- Relação espacial / funcional
- Rua/ passeio/ circulação (Edificações x Percurso/ Rua x Cidade)
- Horizontalidade de organização de projeto técnico
- Pátios e áreas de convívio

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALUNA: HELENA D'ÁVILA OGG
ORIENTADOR: ARMANDO YOSHIO ITO



01/06

SETEMBRO/2014

PROGRAMA POR SETORES

COMUNITÁRIO	ÁREA (M²)
PRAÇA	823,18
REFEITÓRIO	110,00
SALA DE TELEVISÃO	29,50
SALA DE JOGOS	65,96
I.S.	55,37
RUA INTERNA	339,72
PRAÇA COBERTA	604,55
RECEPÇÃO	57,45
LOJAS	393,86
TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	2479,59

ACOLHIMENTO	ÁREA (M²)
ALA FEMININA	62,67
ALA MASCULINA	375,14
TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	437,81

ENSINO	ÁREA (M²)
OFICINAS	284,59
I.S.	52,6
BIBLIOTECA	91,65
ALMOXARIFADO	27,76
TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	456,6

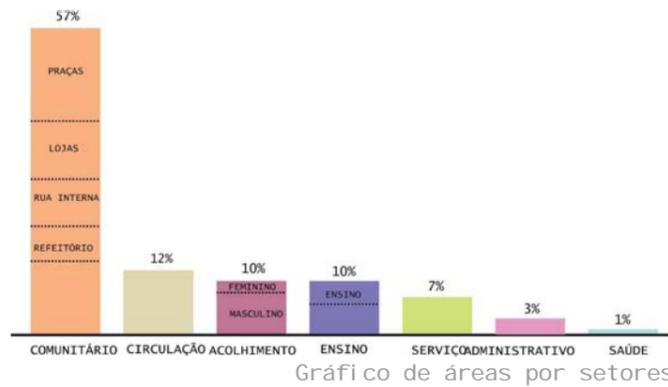
SERVIÇO	ÁREA (M²)
HALL	65,43
COZINHA	44,07
ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS	9,66
RESÍDUOS	4
LAVANDERIA	22,62
VESTIÁRIOS	25,02
COPA	23
DORMITÓRIOS	25,17
I.S.	13,46
LIMPEZA	37,95
SOLÁRIO	49,41
TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	319,79

ADMINISTRAÇÃO	ÁREA (M²)
SECRETARIA	13,92
DIRETORIA	8,75
REUNIÃO	14,55
ASSISTENTE SOCIAL	19,66
ADVOGADO	10,77
GUARDA VOLUME	21,79
DOAÇÕES	23,33
SEGURANÇA	8,71
TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	121,48

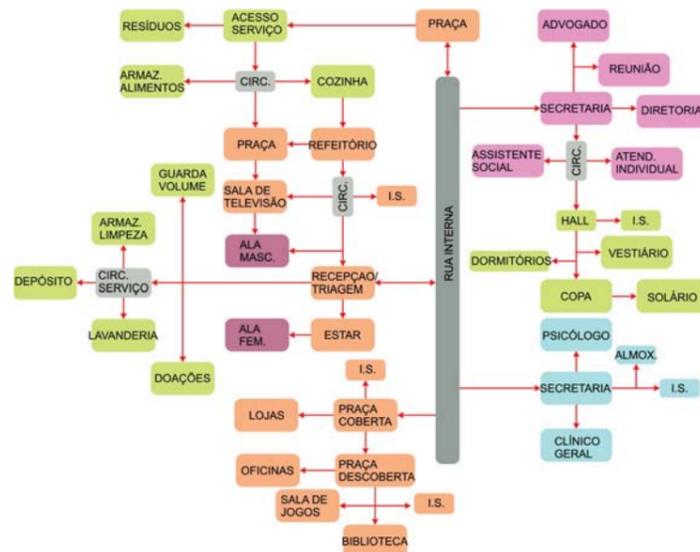
SAÚDE	ÁREA (M²)
SECRETARIA	18,46
I.S.	7,28
ALMOXARIFADO	3
CLÍNICO GERAL	13,3
PSICÓLOGO	10,29
TOTAL ÁREA DO SETOR (M²)	52,33

PROGRAMA POR SETORES

TOTAL POR SETORES	
SETOR	ÁREA
SETOR ADMINISTRATIVO	121,48
SETOR COMUNITÁRIO	2479,59
SETOR ENSINO	456,60
SETOR ACOHIMENTO	437,81
SETOR SAÚDE	52,33
SETOR SERVIÇO	319,79
CIRCULAÇÃO	512,69
ÁREA TOTAL	4380,29



FLUXOGRAMA



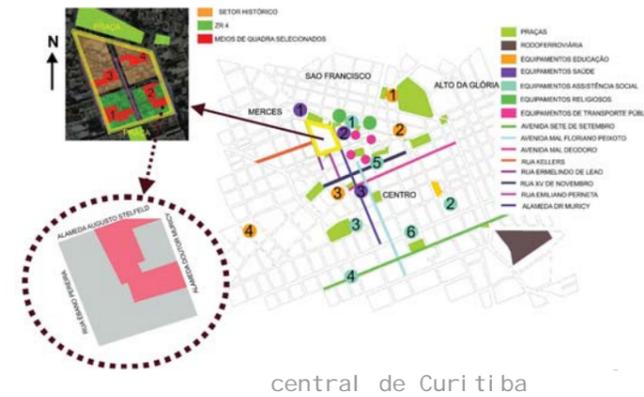
TIPO DE USO DO EQUIPAMENTO

Habitação de uso Institucional de acordo com a Lei Nº 9800/2000.

- Habitação destinada à assistência social, onde se abrigam necessitados, dentre outros;
- Abrange albergue, alojamento estudantil, asilo, convento, seminário, internato e orfanato.

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA ÁREA

- 1- PROXIMIDADE com equipamentos existentes e de apoio para o centro;
- 2- Estar localizado no bairro CENTRO, onde há uma maior concentração da População em Situação de Rua;
- 3- Fazer uso de uma área central SUBUTILIZADA;
- 4- Área com BAIXO POTENCIAL CONSTRUTIVO e CUSTO do terreno.



TERRENO	
ZONA	ZR4
ÁREA DO TERRENO (m²)	2641,00
COEF. DE APROV.	2,00
ÁREA TOTAL (m²)	5282,00
NÚMERO MÁX. DE PAV.	6

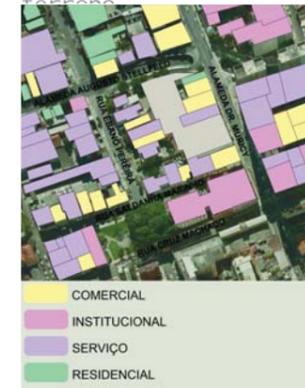
ENTORNO E CONDI CI ONANTES DO TERRENO



Mapeamento de fluxos no entorno do terreno



Paisagem de entorno do terreno



Análise de usos das edificações do entorno



Gabarito das edificações do entorno do terreno



Análise de potencialidades e restrições do terreno



CENTRO DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

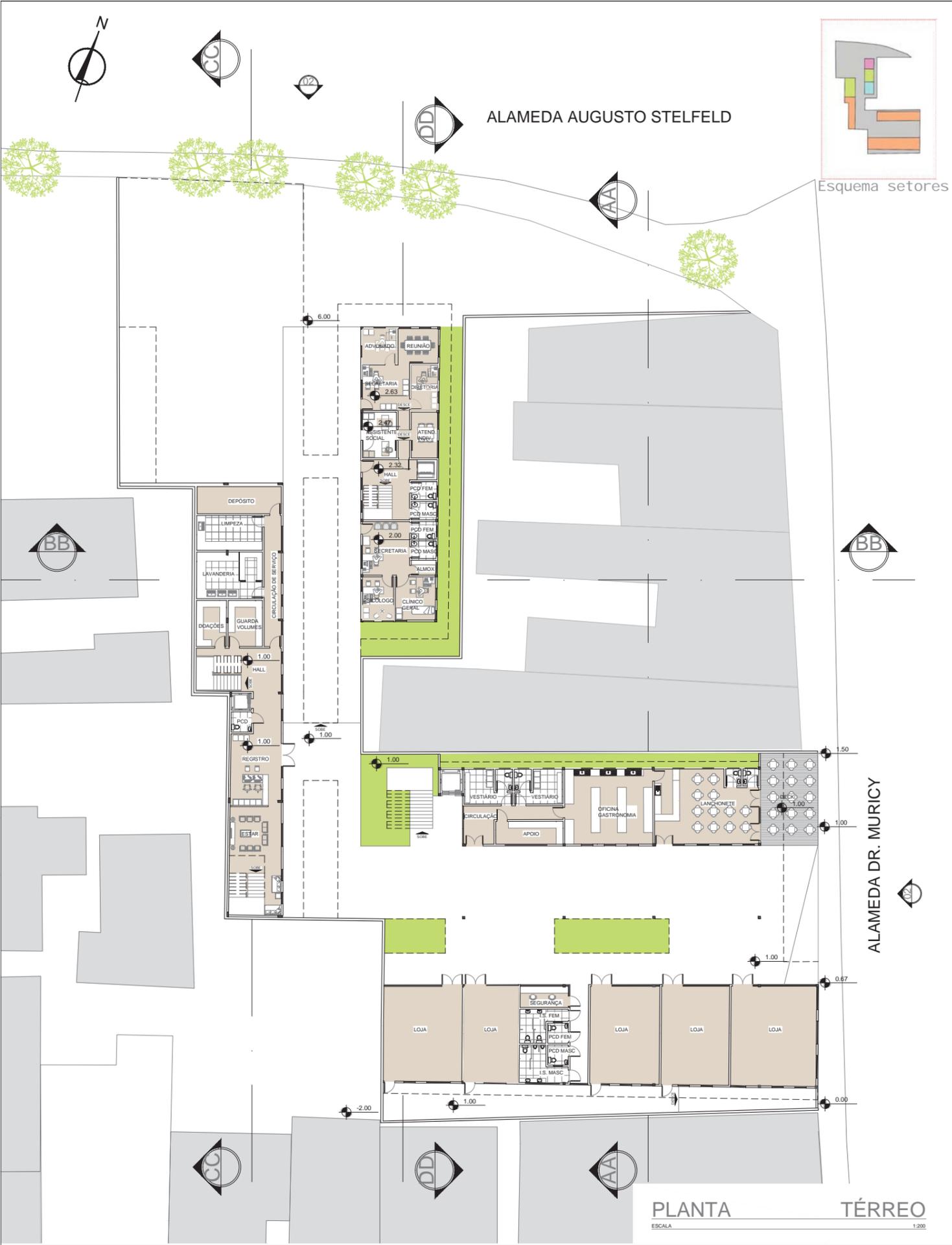
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
 ARQUITETURA E URBANISMO
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALUNA: HELENA D'ÁVILA OGG
 ORIENTADOR: ARMANDO YOSHIO ITO



03/06

SETEMBRO/2014





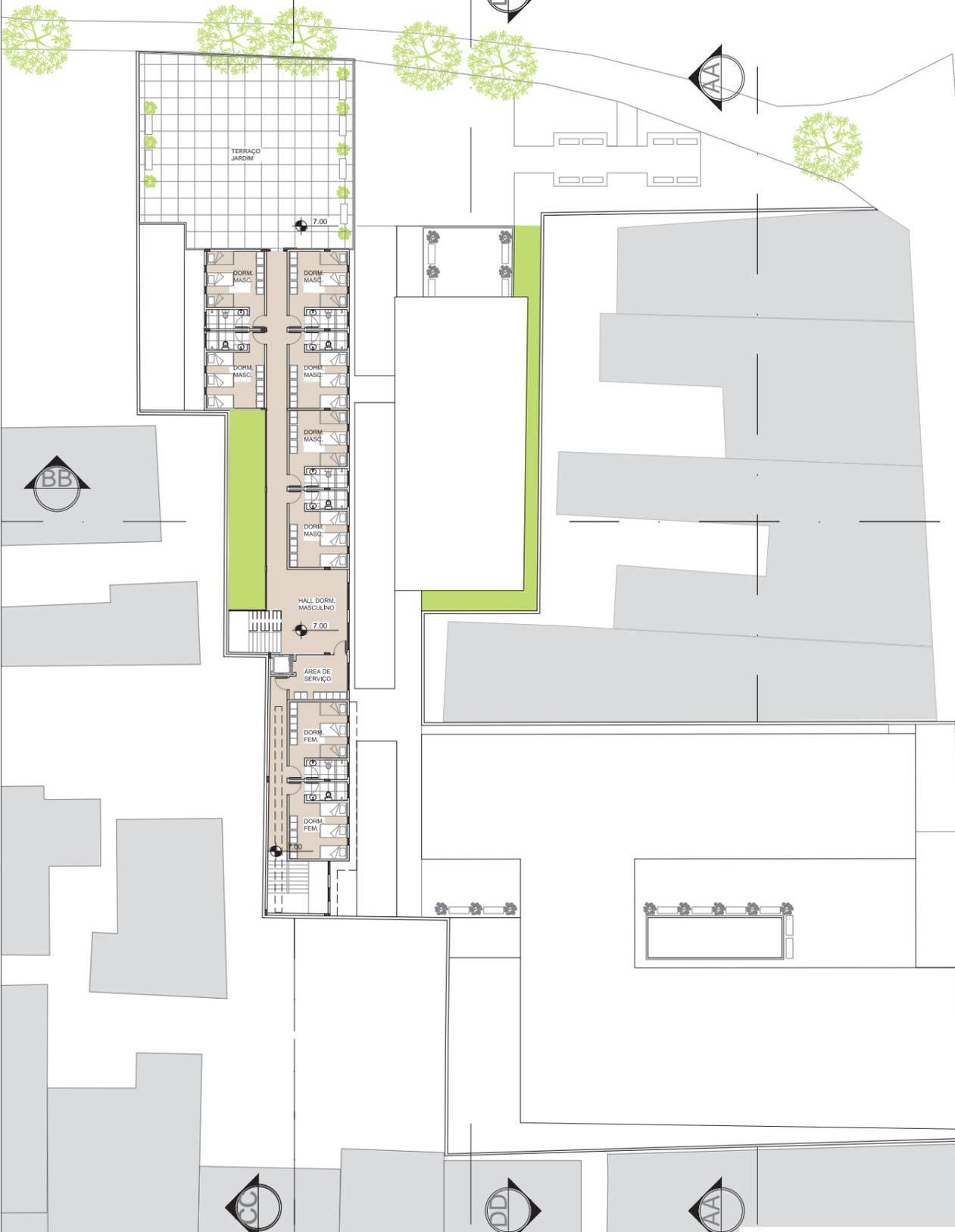
ALAMEDA AUGUSTO STELFELD

Esquema setores

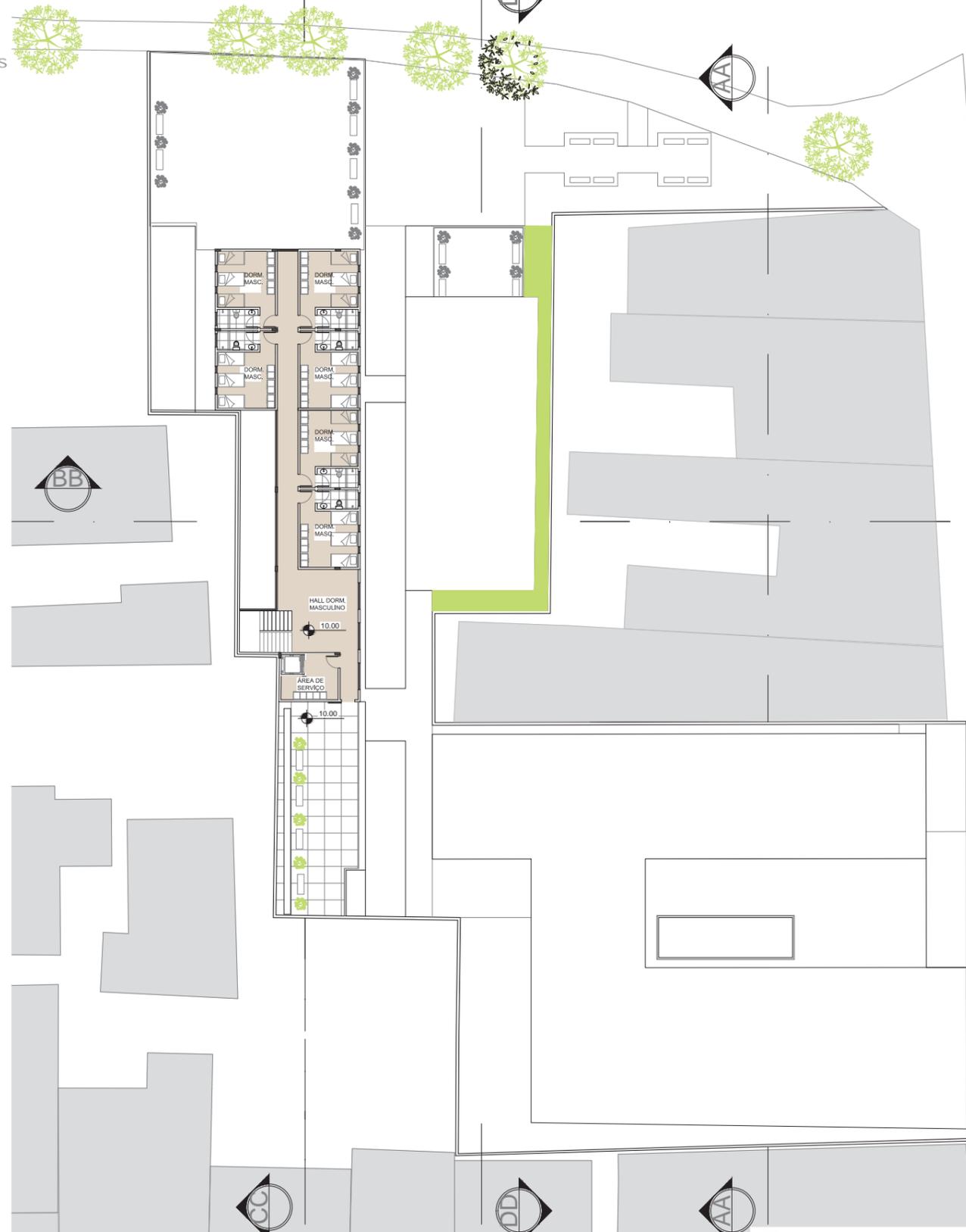


ALAMEDA AUGUSTO STELFELD

Esquema setores



PLANTA 3 PVTO
ESCALA 1:200



PLANTA 4 PVTO
ESCALA 1:200

CENTRO DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

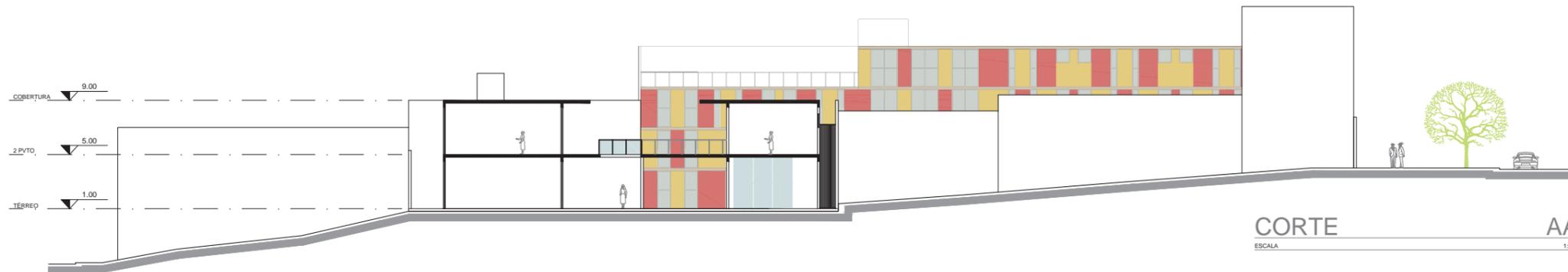
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALUNA: HELENA D'ÁVILA OGG
ORIENTADOR: ARMANDO YOSHIO ITO



05/06

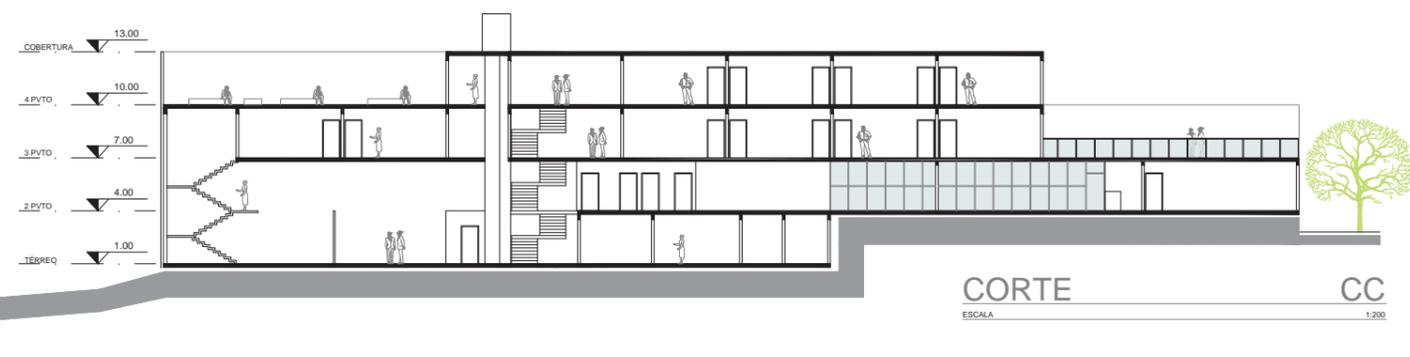
SETEMBRO/2014



CORTE AA
ESCALA 1:200



CORTE BB
ESCALA 1:200



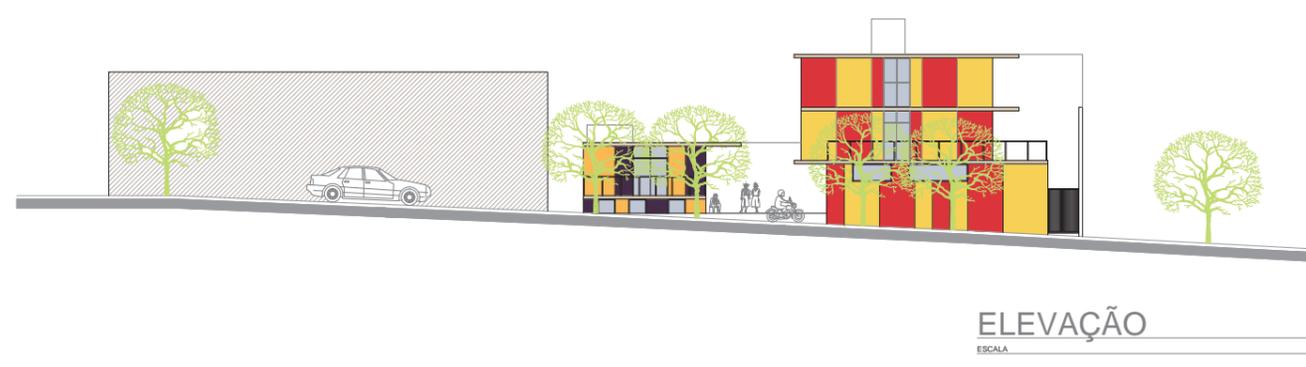
CORTE CC
ESCALA 1:200



CORTE DD
ESCALA 1:200



ELEVAÇÃO 01
ESCALA 1:200



ELEVAÇÃO 02
ESCALA 1:200

